

Princípios

Revista teórica, política e de informação Maio/1982 - Cr\$250,00

Os Acontecimentos na Polônia



*A Dominação
Estrangeira
no Brasil*

*A Revolução,
Problema Candente
à Espera de Solução*

Dinâmica do Folclore

EDITORIA ANITA GARIBALDI

4

Princípios

SUMÁRIO

Os Indesejáveis 1

Os Acontecimentos na Polônia
João Amazonas 4

O Caráter das Leis Econômicas no Socialismo
Josef Stálin 10

Moral Fundada numa Sociedade Nova
Gaston Monmousseau 14

A Dominação Estrangeira no Brasil
Sérgio Castro 18

A Situação no Irã
Partido do Trabalho do Irã 24

A Revolução, Problema Candente à Espera de Solução
Ramiz Alia 27

Folclore e Música Popular
Giovanni Escorza 33

Dinâmica do Folclore
Édson Carneiro 39

OS ACONTECIMENTOS NA POLÔNIA

Presentemente, a Polônia está no centro dos debates sobre problemas internacionais. O debate gira em torno do socialismo. Segundo todo tipo de opositores, a Polônia teria chegado à bancarrota atual devido ao comunismo.

João Amazonas prova que a Polônia retornou ao capitalismo, e a isso se devem os acontecimentos que ali se dão presentemente.

PÁGINA 4



A REVOLUÇÃO, PROBLEMA CANDENTE À ESPERA DE SOLUÇÃO

Excerto do informe apresentado na seção científica sobre problemas do atual desenvolvimento mundial, organizada pelo instituto de Estudos Marxistas-Leninistas da Albânia.

PÁGINA 18



A DOMINAÇÃO ESTRANGEIRA NO BRASIL

Utilizando todo um arsenal de leis de exceção e o terror fascista, os generais criaram condições para impor à nação um "modelo" de desenvolvimento econômico dependente, particularmente do capital norte-americano. Sérgio Castro investiga o estágio atual de tal dependência e indica a saída: derrubar as forças reacionárias e conquistar a liberdade política a mais ampla.

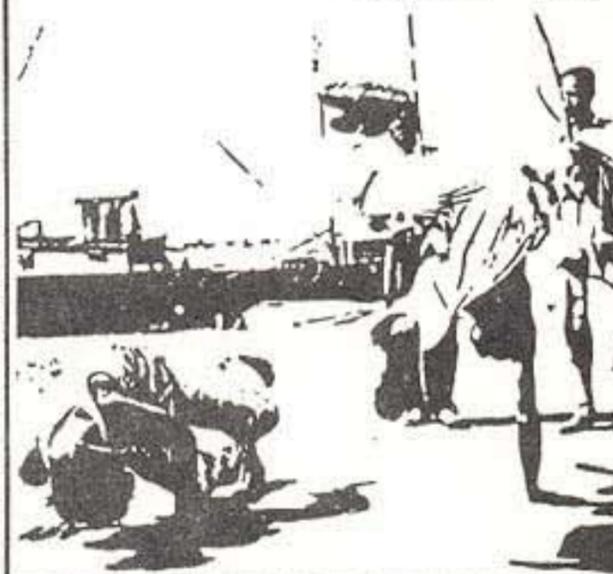
PÁGINA 27



DINÂMICA DO FOLCLORE

Dinâmica do Folclore é uma excelente obra de Édson Carneiro, escrita em 1950, debatendo assunto da maior importância no estudo do verdadeiro conceito de folclore e de sua correta interpretação. O autor foi professor dessa matéria na Biblioteca Nacional e era conhecido no nosso Continente e na Europa.

PÁGINA 39



A Revista PRINCÍPIOS é uma publicação trimestral da Editora Anita Garibaldi Ltda. - Travessa Brigadeiro Luís Antonio, 53 - Bela Vista - São Paulo - SP - CEP 01318 - Telefone: 36-7531 - Jornalista Responsável: João Amazonas - Reg. Profissional nº 1.258 - Fls. 196 - livro 4 - de Porto Alegre, em 27.8.58 - Assinatura anual: Cr\$1.000,00. Para o Exterior: US\$25. Enviar cheque nominal para Editora Anita Garibaldi Ltda.

Capa: Detalhe da obra de Picasso "Guernica"

Indesejáveis

As visitas de agentes do capital ianque ao nosso país visam comprometer o Brasil com os planos reacionários de Reagan. São visitantes ilustres para os generais... Não passam de indesejáveis para o povo...

Amiúdam-se as visitas de altos representantes do mundo dos negócios, dos círculos políticos e esquemas militaristas das grandes potências ao nosso país. Aqui já estiveram numerosos elementos da equipe governamental de Reagan, inclusive seu vice-presidente. Generais nem se fala, chegam uns após outros. Atualmente, temos entre nós o general John Mc Ennery, do exército norte-americano, presidente da chamada Junta Interamericana de Defesa. E o banqueiro Alden Clausen, também presidente, mas do Banco Mundial, o BIRD.

De modo geral, os visitantes realizam conversações a portas cerradas, entre quatro paredes, nos escalões superiores da Administração brasileira. Ao final, dizem umas poucas palavras que mal disfarçam os verdadeiros objetivos de suas missões, e se marcham. Os assuntos tratados são, ao que parece, segredos de Estado, não admitem publicidade.

Indubitavelmente os banqueiros e generais ou os políticos da Casa Branca não vêm discutir a diminuição dos juros nos Estados Unidos, cujas taxas em elevação se refletem negativamente no custo do dinheiro em toda a parte; nem o fim do comércio desigual e sujeito, cada dia, a mais restrições protecionistas na América do Norte; nem medidas destinadas a pôr termo à interferência nos assuntos internos dos demais países do Continente; nem também os ataques à liberdade e aos direitos humanos provindos de governos militares; ou ainda a manutenção da

paz seriamente ameaçada pela política belicista e agressiva dos imperialistas. Nada disso. Washington e os banqueiros internacionais, em tais questões, pensam de maneira radicalmente oposta. Não pretendem afrouxar a corda que aperta o pescoço dos povos por eles subjugados. Tampouco estimular a defesa da democracia e da paz. Representam a política de reação, de guerra, de dominação econômica do mundo, que inclui a exploração feroz de mão-de-obra barata e a espoliação das riquezas de outros países. É a lógica, e a prática, do Estado monopolista do grande capital.

Mc Ennery veio tratar "da luta contra o comunismo", conforme declarou o general Ferreira Marques, do exército brasileiro. De passagem por São Paulo, onde veio encontrar-se com Salim Maluf, referiu-se à situação "muito grave" da América Central, e ao papel que ele diz caber à Junta Interamericana de Defesa: "participar de missões (melhor diria, de agressões) quando convocada pelos países membros", entre os quais, é evidente, preponderam os pontos de vista do Pentágono. Segundo Mc Ennery, a União Soviética (por sinal também imperialista) estaria ameaçando, com seu "comunismo", os interesses das nações do Hemisfério. Impunha-se, portanto, o combate ao comunismo, o que significa cercear as liberdades, perseguir os patriotas, esmagar a luta libertadora das massas oprimidas da América Latina. Nesse sentido, veio sondar a possibilidade do envio de tropas brasileiras ou do apoio formal do Brasil para a intervenção em El

Salvador. Idêntica atividade ele e seus parceiros realizam no Paraguai, na Argentina, no Chile.

Os Estados Unidos são o sustentáculo principal do governo retrógrado e imposto de El Salvador. Os "conselheiros" norte-americanos, os técnicos no combate à guerrilha — as "tropas especializadas" — já se encontram em ação nas terras salvadorenhas. Mas não bastam. E surge uma dificuldade nada desprezível: o ódio sagrado e histórico que o povo de El Salvador dedica aos intervencionistas ianques. Por isso, os EE.UU. tentam camuflar sua atuação militar de larga envergadura com a participação, mesmo simbólica, de tropas da América Latina. O que, aliás, já fizeram, em 1965, em São Domingos, desgraçadamente com a presença de soldados brasileiros.

Por que a intervenção? Acaso é o comunismo que se levanta em armas na Nicarágua, em El Salvador, na Guatemala? Nesses países, ao que se saiba, nem sequer existem verdadeiros partidos comunistas. O motivo é bem outro. Os povos do Caribe e da América Latina erguem-se e derramam o seu sangue lutando pela independência de suas pátrias, contra a brutal exploração que sofrem por parte dos monopólios norte-americanos e de seus aliados internos. A situação naqueles países chegou a um ponto crítico. A crise social aprofundou-se como nunca, ali impera a fome, a falta de trabalho, a carência total de terra para os que nela labutam, o atraso e a ignorância. E junto com estes males, a ausência completa de liberdade, o terrorismo oficial contra o povo. Criou-se uma situação insustentável, consequência direta da orientação antinacional e antipopular do capital estrangeiro associado com o latifúndio e a burguesia crioulos. Contra este estado de coisas tornou-se inevitável a violência revolucionária das massas. É para esmagar a ferro e fogo esta justa luta e manter o povo oprimido e explorado que os Estados Unidos intervêm e pedem a ajuda de governos arbitrários do Continente. Alden Clausen, por sua vez, veio fiscalizar o comportamento da economia e das finanças brasileiras. Reuniu-se com os ministros da área econômica, que lhe prestaram os esclarecimentos solicitados. Ao terminar o encontro, Clausen declarou que "o BIRD aprova totalmente a política econômica do governo brasileiro". Pudera! Até hoje essa política privilegia o capital financeiro internacional em prejuízo dos reais interesses da nação.



O Brasil mantém em dia seus compromissos com o capital estrangeiro, compromissos contraídos à revelia da nação e sob um regime que não permite contestação ou escolha de opção diferente. É certo que o país não chegou ainda ao ponto mais baixo de ter de pedir moratória. Por enquanto, entrega o que tem às multinacionais e aos credores maiores. E submete imensos contingentes do povo a privações sem conta, à redução do seu já baixíssimo nível de existência, a fim de "economizar" divisas e angariar recursos destinados ao pagamento das obrigações no exterior. Faltam meios de vida e de trabalho para milhões de brasileiros; todavia os banqueiros de Londres, New York, Paris, Berna etc., recebem pontualmente do Brasil, em juros e dividendos, alguns bilhões de dólares.



Mas Alden Clausen não ficou na verificação do débito e crédito das contas externas brasileiras e na avaliação da perspectiva dos anos vindouros. Esta era apenas uma parte da incumbência que trazia. Veio também, e talvez principalmente, examinar as possibilidades de ser assegurado ao capital estrangeiro uma fatia substancial do projeto Carajás. "Excelente projeto — afirmou — no qual o banco está interessado". O banco é uma forma de ele dizer: os grandes monopólios e os consórcios financeiros internacionais. O governo brasileiro já há algum tempo deu as boas vindas à "cooperação" estrangeira nesse empreendimento. Trata-se, porém, de precisar melhor a participação alienígena, de forma a reservar-lhe a "parte do leão". É o que Clausen pretende.

Convém assinalar que o governo brasileiro decidiu apressar a execução do projeto. E isto não é casual. Antônio Ermírio de Moraes, apesar dos privilégios que desfruta como membro da grande burguesia monopolista, declarou que essa pressa tem relação com o entreguismo. Dizendo-se favorável "à execução do projeto Carajás em prazo mais longo, mas com o capital nacional, e não a curto e médio prazo com capital estrangeiro", o dirigente do grupo Votorantin explicou que, no futuro, o governo "vai fazer projetos de exportação a preços favorecidos". E enfatizou: "A pressa é diretamente proporcional à entrega, ou seja, quanto mais depressa se faz o projeto, mais depressa se faz a entrega para o capital estrangeiro".

O Brasil descobriu na serra dos Carajás um filão de riquezas incalculáveis, que bem poderiam contribuir para o progresso independente da nação e o melhoramento das condições de vida do seu povo. Acontece que o país, submetido a uma política impatriótica e desastrada, não defende o seu patrimônio nativo. Os governantes alienam as riquezas naturais, que vão engrossar os haveres dos exploradores imperialistas. "Entrarão dólares", dizem esses governantes. Sim, dólares que, muitas vezes, nem a côm se vê — figuram na conta corrente do balanço de pagamentos, destinados a saldar dívidas e a atender à remessa de lucros para o exterior.

Na década de 50, também descobrimos uma valiosa reserva de ferro e manganês no Amapá. Os argumentos usados na época quanto ao seu aproveitamento eram idênticos aos de hoje: explorá-la para obter dólares. A United Steel Corp., através de seus testas-de-ferro, apossou-se dessa riqueza. Construímos estradas e portos destinados à sua exportação. Em duas décadas, a reserva esgotou-se, toda ela foi parar, a preço de banana, ños Estados Unidos. E que ganhamos com isso? Os dólares entraram e saíram com a mesma rapidez sem deixar proveito de qualquer natureza, salvo para os testas-de-ferro daquela empresa e para os entreguistas qualificados. O Amapá continua tão pobre como antes. Somente que agora com sua geografia alterada pelos imensos buracos que ficaram no seu solo.

Visitantes. . . Visitantes ilustres, dizem as autoridades. Indesejáveis, contesta a maioria da nação, ansiosa de liberdade, de independência, de autêntico progresso nacional.

Os Acontecimentos na Polônia

João Amazonas

Em recente palestra realizada em S. Paulo, João Amazonas mostra que a Polônia retornou ao capitalismo, e a isso se devem os acontecimentos que ali se dão presentemente.

Presentemente, a Polônia está no centro dos debates sobre problemas internacionais. E isto se justifica. Desde 1970, iniciou-se ali um período de comoções políticas e sociais. Greves operárias sacodem o país, e até mesmo levantes de trabalhadores têm ocorrido. A repressão entrou em cena, insuflada do exterior. Todos estes acontecimentos alcançam larga repercussão no Brasil, emocionam ou chocam a opinião pública. Os chamados meios de comunicação social ocupam-se deles abundantemente. Não há dia em que a imprensa, o rádio e a televisão deixem de divulgar amplos noticiários, alguns sensacionalistas, outros insidiosos. É fato singular: jornais e políticos reacionários, generais que atacam as greves e comandam a reação, que condenam grevistas na Justiça Militar, todos se pronunciam indignados com o que se passa na Polônia. Falam com desenvoltura de defesa dos direitos humanos, eles que nunca os respeitaram, do direito de greve, negado ao proletariado brasileiro.

O debate gira em torno do socialismo. Direitistas, liberais e pessoas que se dizem de esquerda aproveitam a ocasião para atacá-lo. O socialismo teria levado a Polônia à catástrofe; uma vez chegado ao poder convertia-se em inimigo da classe operária, desencadeando sem piedade a repressão contra estudantes, intelectuais, religiosos, patriotas. A campanha ideológica que a burguesia faz no mundo inteiro contra o comunismo ganhou dimensões bem maiores.

Por isso, começo esta palestra com a seguinte indagação: é a Polônia um país socialista? Ou a Polônia há muito tempo deixou de ser socialista e se transformou num país capitalista dependente?

APÓS A GUERRA,
VENCEU O SOCIALISMO
NA POLÔNIA

É sabido que no curso da Segunda Grande Guerra o movimento de libertação nacional,



A palestra de João Amazonas em São Paulo.

sob a hegemonia da classe operária e com o apoio da União Soviética, então socialista, triunfou na Polônia. As tropas nazistas, batidas, retiraram-se do território polonês. Pouco tempo depois, a Polônia ingressava no socialismo. Secularmente oprimida, foco permanente de reação e de guerra, tornou-se livre e socialmente avançada. Essa conquista resultou de duro processo da luta de classes. Dirigido pelo seu partido marxista-leninista, o proletariado travou enérgico combate não apenas contra o inimigo externo que ocupava o país, o nazismo, como também contra a reação de dentro e de fora, que pretendia, após a expulsão dos alemães, voltar ao governo. A classe operária, aliada aos camponeses pobres e médios e a outros setores progressistas, derrotou a conspiração da burguesia e dos latifundiários, dos reacionários da Igreja e, também, dos imperialistas, particularmente os ingleses. Em desespero de causa, tais forças chegaram ao criminoso levante precipitado de Varsóvia onde morreram dezenas de milhares de pessoas.

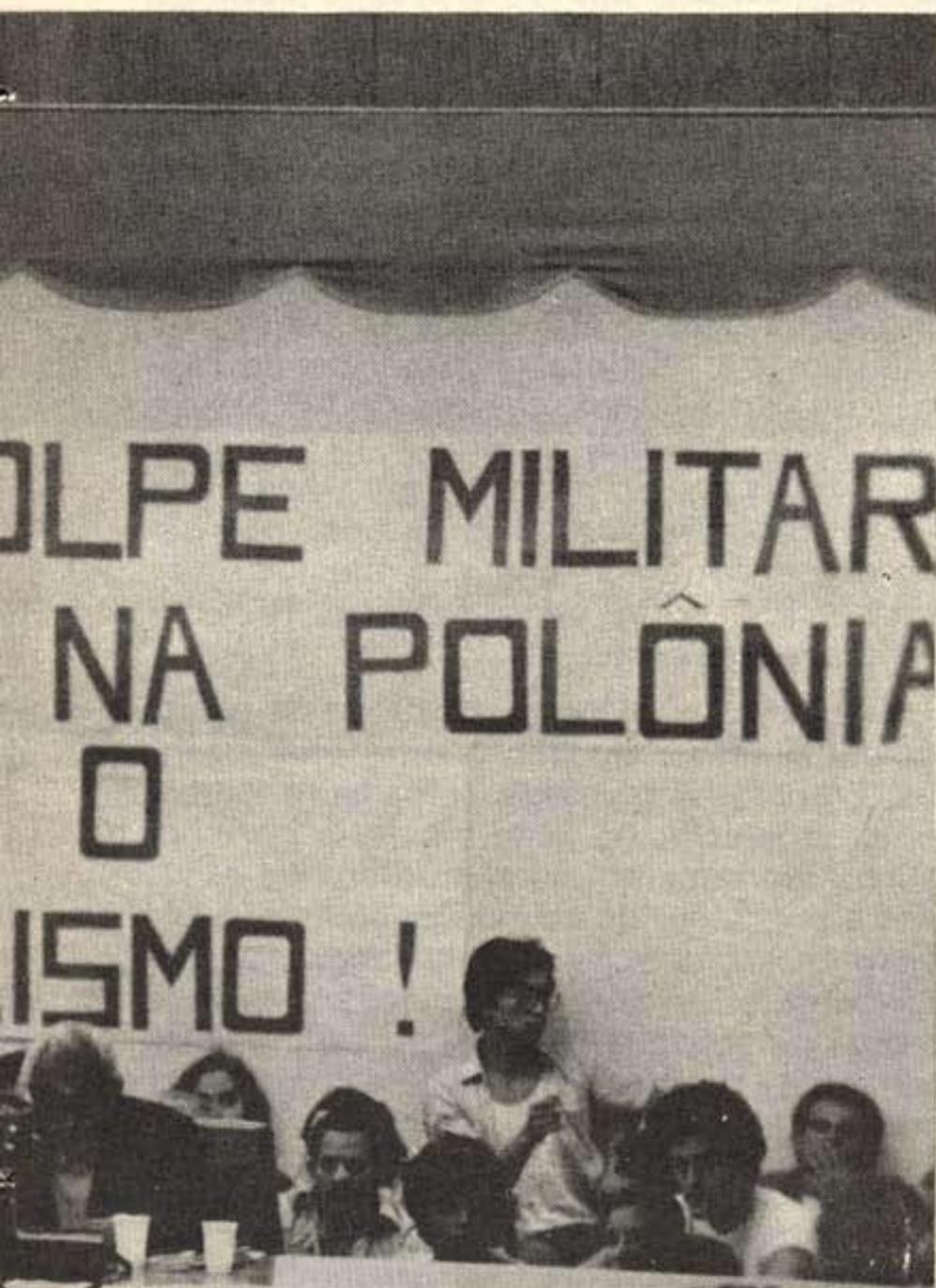
"... o Partido Operário Unificado da Polônia caiu no charco do revisionismo, seguindo as pegadas do PCUS de Kruschov..."

Instaurado o socialismo, o proletariado polonês atirou-se de corpo e alma à tarefa da reconstrução nacional. A grande e a média indústria, assim como os bancos, os transportes, os correios e os telefones foram nacionalizados. Os operários dirigiram-se às zonas rurais para ajudar os camponeses a realizar a reforma agrária radical, que varreu do campo a classe dos grandes proprietários. Apesar das imensas dificuldades — num país devastado pela guerra, com seu parque industrial arrasado, sua economia destruída, suas cidades destruídas — o proletariado no poder conseguiu importantes êxitos. Criaram-se três mil prósperas cooperativas agrícolas que acabaram com a miséria no campo. Boa parte da indústria alcançou a sua plena recuperação. A vida econômica adquiriu consistência, pôs fim ao caos. Na esfera da cultura, chegou-se à quase liquidação do analfabetismo: 125 mil jovens estudavam nas escolas superiores e 3.168.000 crianças nas escolas primárias. Tudo isto em poucos anos, até 1953/54. São êxitos incontestáveis do socialismo, ainda que apenas iniciais, porque havia um longo caminho a percorrer para desenvolver e consolidar o novo regime.

Dois anos depois, no entanto, o Partido Operário Unificado da Polônia caiu no charco do revisionismo, seguindo as pegadas do PCUS onde Kruschov, com um golpe de Estado, trancara também o caminho socialista na Rússia. Inexplicavelmente morreu o primeiro secretário do Partido, Boleslaw Bierut. Em seu lugar, passando brevemente por Ochab, o Partido vai parar nas mãos de Gomulka, um direitista e nacionalista incorrigível.

O RETORNO AO CAPITALISMO

A Polônia dá uma virada de 180° no regime imperante. Começa então o retorno acelerado ao capitalismo, o abandono da via socialista. Uma série de medidas foi adotada que favorecia o crescimento da burguesia e



abria espaço às forças reacionárias.

O resultado dessa viragem é evidente. Dez anos depois, já era esta a situação: no dia 1º de setembro de 1967, o jornal do Partido Operário Unificado da Polônia, *Trybuna Ludu*, escrevia que o número de estabelecimentos artesanais privados, ou seja, da pequena e média indústria, em relação a 1966, havia aumentado de 12 mil unidades novas, atingindo a cifra de 150.000 os estabelecimentos privados. No período mencionado, os Conselhos Populares (órgãos da Administração Pública) tinham fornecido a particulares mais de 800 novos locais para a instalação dessas unidades, ao invés de 333 fornecidos em 1966, um ano e meio antes. Os proprietários particulares receberam do Estado, nesse meio tempo, 178 bilhões de zlotys (moeda polonesa) de crédito a longo e médio prazo, isto é, 40 milhões mais do que em 1966. É o que afirma aquele jornal. Segundo dados estatísticos poloneses, o valor da produção da indústria artesanal privada aumentou de 42% em 1966 com relação a 1960. Desta forma, a propriedade privada avançava, encorajada pelos revisionistas. Esse encorajamento adquiriu impulso ainda maior no campo. Ali, somente 3% das terras permaneceram coletivizadas. 11% pertencem às empresas agrícolas do Estado. 86% estão em poder de proprietários privados. A legislação estatal elaborada pelos revisionistas permitiu aos kulaks comprar livremente a gleba dos camponeses pobres, explorar assalariados rurais e obter créditos para adquirir equipamentos agrícolas. Entre os anos de 1970 e 1975, esses camponeses já tinham vendido, por dificuldades econômicas, 385.824 hectares de terras aráveis, sem falar das grandes extensões vendidas pelo Estado. De 1976 até hoje, muitas outras áreas foram alienadas. Somente a Igreja Católica, na Polônia, possui mais de 200.000 hectares, o que representa uma superfície superior a todas as terras coletivizadas. Esses dados falam por si mesmos de uma economia capitalista no fundamental. Mas não é só. Abriram-se as portas do país ao capital estrangeiro, da URSS e do Ocidente. Sob a roupagem da integração econômica na chamada Comunidade Socialista, a economia polonesa converteu-se num apêndice da economia russa, produz para o mercado soviético e se apóia na tecnologia e na quantidade de matérias-primas fornecidas por Moscou. As dívidas com o Ocidente imperialista vão a mais de 20 bilhões de dólares, que não foram aplicados no desenvolvimento do país,

destinaram-se a satisfazer necessidades urgentes do dia a dia. Se acrescentarmos o endividamento com a União Soviética, a Polônia atualmente arca com dívidas externas num montante de cerca de 30 bilhões de dólares.

Quanto ao poder, os que o dominam são revisionistas. Com a transformação de fato do Partido Operário Unificado Polonês em partido social-democrático, a direção do Estado ficou com os seguidores do caminho capitalista. Presentemente, o governo está formado por generais nacionalistas, ideologicamente anticomunistas.

No plano da ideologia e da política, abriu-se um campo de atuação cada vez maior à Igreja Católica, anti-socialista. Estimulou-se a religião que, na Polônia, sempre teve caráter feudal, retrógrado. A Igreja nunca aceitou, e jamais aceitará, o socialismo proletário. Por questão de estratégia política, apoiou o ascenso do revisionismo na Polônia, porque estimulava a reversão do socialismo e o retorno ao capitalismo. Antes da II Grande Guerra, havia naquele país 28 mil padres, monges e religiosas. Em 1968, esse número subiu para 50.000, e ao invés de 46 bispos já existiam 69. Em lugar de 2.209 mosteiros, hoje funcionam 3.440. No passado, tinham 5.125 centros administrativos civil-religiosos; atualmente chegam a 6 mil. Num manual oficial, publicado em Varsóvia, em 1978, encontram-se dados concernentes a 1974-75, mostrando o crescimento da influência da Igreja. Aí se diz que a Universidade Católica de Lublin conta com 2.238 estudantes, dos quais 554 padres e religiosas. A Academia de Teologia de Varsóvia havia passado de 141 alunos para 1.183 estudantes, dos quais 596 eclesiásticos. É preciso assinalar que a Academia é um estabelecimento do Estado, por ele subvencionado. As Igrejas e Capelas, que eram 7.257 antes da guerra, em 1974/75 passaram a 14 mil.

Também na esfera da cultura e da moral introduziram-se mudanças ditas liberalizantes. Embora tenha havido, em alguns ramos, certo progresso, no geral a cultura regrediu. No comportamento moral proliferaram os vícios e podridões do mundo capitalista. É comum encontrar-se jovens em Varsóvia que se aproximam dos estrangeiros para pedir-lhes drogas ou propor câmbio negro com moedas fortes. A prostituição alcançou nível alarmante.

Estes os fatos indesmentíveis.

Pode-se em tais circunstâncias falar em socialismo na Polônia? Ali predomina, isto



Mapa da Polônia e sua localização na Europa.

sim, o capitalismo restaurado, dependente, com todas as suas seqüelas aberrantes. Os revisionistas que detêm o poder usam, na forma, nomenclatura socialista, dísticos marxistas, para camuflar o verdadeiro conteúdo do regime capitalista imperante. A rápida visão do quadro social mostra que as forças dominantes hoje na Polônia são: a Igreja Católica, os kulaks, os capitalistas da indústria privada, a nova burguesia burocrática encastelada nos altos escalões da administração estatal e no aparelho do Partido. E, por sobre todos eles, o social-imperialismo russo, os imperialistas do Ocidente, e também o Vaticano. Tal a composição social dos setores que dominam o país. Estes setores disputam entre si o poder, não para alterar sua natureza de classe, mas com o fim de servir a interesses particulares de determinados segmentos capitalistas.

A CRISE POLONESA ATUAL

Embora se tenha verificado relativo aumento no processo de industrialização da Polônia, trata-se de industrialização semelhante à que se deu no Brasil, vale dizer, apoiada em recursos estrangeiros, servindo ao capital estrangeiro opressor e espoliador e a pequenos grupos da novel burguesia polonesa. Seguindo o caminho capitalista desde a metade dos anos 50, a Polônia se vê hoje diante de uma gravíssima situação. A crise

econômico-financeira e a crise energética que atingem a maior parte do mundo, golpearam duramente a Polônia. A União Soviética dobrou e triplicou os preços do petróleo, obrigando aquele país a pagar grandes somas pela sua importação. O mesmo sucedeu com os preços dos cereais e das forragens importadas do Ocidente. Em tais condições, e sob a pressão do pagamento de dívidas para o Leste e o Oeste, o governo polonês foi forçado a aumentar a exportação mesmo de artigos deficitários de primeira necessidade; teve de elevar os preços da energia elétrica, dos carburantes, da carne e de outros produtos de consumo corrente. Tais medidas recaíram sobre as massas trabalhadoras. Daí os movimentos de protesto e reivindicatórios que se estendem rapidamente. A esse movimento operário e popular, desencadeado a partir de 1970, junta-se um fator político que mescla as reivindicações e lutas justas do proletariado com as exigências e interesses das grandes potências imperialistas, em primeiro lugar, os da União Soviética revisionista e os dos Estados Unidos, assim como os do Vaticano. A Polônia é um centro de disputas acirradas na estratégia militar, política e econômica das duas superpotências. E essas disputas chegaram a um ponto crítico. A União Soviética, que explorará a Polônia e a considera peça fundamental em seus planos expansionistas e militares, não vai permitir que seus rivais se apoderem desse país. Caso fracassem os manejos do governo militar polonês, entrarão em ação os tanques soviéticos, como ocorreu, em 1968, na Checoslováquia e mais recentemente no Afeganistão. Por sua vez, os Estados Unidos, apoiando-se nas forças polonesas reacionárias e nos seus aliados de vários Continentes, tentam por todos os meios minar a influência soviética na Polônia e assegurar posições-chave nessa nação. Fomentam taticamente o anti-sovietismo no movimento de massas e a abolição do sistema estatal revisionista. Ao mesmo tempo, procuram isolar a União Soviética no plano mundial. A Igreja Católica e o Vaticano têm pretensões próprias, jogam na crise polonesa em desenvolvimento papel preponderante. Mobilizam as suas forças para desestabilizar o regime e abrir caminho ao seu domínio político. O chamado sindicato Solidarnosc, que de sindicato tem muito pouco, porque, na realidade, é um partido político, representa o principal instrumento da Igreja. É uma força contra-revolucionária, retrógrada, que se incumbe de cegar a consciência de classe do proletariado, erguendo slogans anticomunistas, a par da demagogia social.

Há, sem dúvida, nuances entre a política norte-americana e do Vaticano. Este busca conseguir acordos vantajosos com os atuais governantes, que lhes permitam mais liberdade de ação e de organização, deixando as soluções definitivas para mais adiante, quando a correlação de forças lhe for inteiramente favorável. Os Estados Unidos agem de maneira mais extremada. Querem obrigar o imediato deslocamento do grupo que governa, mesmo tendo que recorrer a meios violentos. Os fins de uns e outros, porém, não são muito diferentes: a conquista do poder, utilizando o descontentamento das massas.

"Desmoralizado e dividido, o Partido Operário Unificado da Polônia abandona temporariamente o palco e se esconde atrás da farda. É o exército que manda."

É dentro desse contexto que surgem as medidas brutais e arbitrárias do governo chefiado pelo general Jaruzelski — a decretação do estado de sítio e a repressão bestial contra os trabalhadores e o povo. Desmoralizado e dividido, o Partido Operário Unificado da Polônia abandona temporariamente o palco e se esconde por trás da farda. É o exército que manda. Tudo isto surge como consequência natural do retorno da Polônia ao capitalismo e da situação estratégica que coloca a nação polonesa no centro das contradições interimperialistas extraordinariamente tensas.

JUSTIFICATIVAS ESFARRAPADAS

Os revisionistas da União Soviética e de outros países, face à realidade contundente, alegam que esse estado de coisas é fruto de simples erros na construção do socialismo, de posições incorretas de governantes que, diga-se de passagem, foram promovidos e incentivados por Moscou. Tratam, desse modo, de justificar as arbitrariedades em curso.

Mas os erros na construção do socialismo são, em geral, parciais e facilmente corrigí-

veis. Têm origens distintas. Não é o caso da Polônia. Aí se abandonou o socialismo e se implantou um novo regime econômico social. Indisfarçavelmente, a crise que se abate sobre os poloneses não é derivada do socialismo, como procuram fazer crer os inimigos do proletariado revolucionário. É produto do capitalismo restaurado pelos revisionistas, resultado da ação das leis objetivas que regem a sociedade capitalista. Todo o quadro sócio-político que se apresenta — a luta de classes exacerbada, o desemprego, a inflação, a carestia de vida, o apelo ao estado de sítio, a violência policial-militar contra trabalhadores — são fenômenos típicos do capitalismo, por sinal bem conhecidos dos brasileiros.

Onde domina o socialismo verdadeiro, tal não pode acontecer. Porque o socialismo, pondo em harmonia as relações de produção com o desenvolvimento das forças produtivas, garante o progresso contínuo e seguro, o melhoramento ininterrupto das condições de vida das massas, o avanço progressivo da cultura, a elevação do nível de consciência dos produtores. O socialismo é um regime de liberdade para os que trabalham, para os intelectuais progressistas, para as mulheres e os jovens. As restrições às liberdades voltam-se exclusivamente contra os inimigos de classe — a burguesia reacionária, os latifundiários e seus agentes. O socialismo combate as manifestações obscurantistas e retrógradas que servem de freio ao avanço da humanidade, procurando livrar o homem de todos os preconceitos, superstições e credulidades, frutos da ignorância e da opressão social. O socialismo é um regime humanista, onde o homem, e sobretudo o trabalhador, é o capital mais precioso. É um regime de classe que se opõe à existência de classes e que pretende conduzir a sociedade a um estágio mais elevado no qual desaparecem o Estado e a divisão de classes. Coloca-se frontalmente contra a exploração do homem pelo homem. O socialismo é o futuro da humanidade.

ÚNICA E VERDADEIRA SOLUÇÃO

A Polônia vive graves acontecimentos, e pode vir a ser o estopim de uma guerra sangrenta. Existe apenas uma saída correta para a classe operária e o povo poloneses. É a da reconstrução pelo proletariado do seu partido marxista-leninista, tal como sucedeu em 1942, a fim de dirigir a luta operária de maneira independente, derrubar os revisionistas do poder, derrotando simultaneamente

te os reacionários de dentro e de fora do país. Não há dois caminhos. Somente uma nova revolução socialista, autêntica, dirigida pela classe operária e pelo seu destacamento de vanguarda tem condições de mudar radicalmente o rumo que vem sendo seguido. Inexiste outra maneira de livrar a Polônia da dependência da União Soviética e do capital financeiro internacional, da subjugação crescente da Igreja Católica. Tampouco há outra senda para construir uma economia orientada no sentido dos interesses do povo, livre da exploração capitalista e latifundiária.

As greves e a luta política atual não constituem um movimento revolucionário, em que pese a combatividade do proletariado polonês. Nós, os marxistas-leninistas, temos o dever de examiná-las sob a ótica de classe. Embora os trabalhadores façam reivindicações justas, que merecem ser apoiadas, e reclamem liberdades, esse movimento no seu conjunto e em sua essência, está sob a direção de forças reacionárias, não conduzirá a classe operária à sua emancipação, nem a Polônia à real independência. Se fosse vitorioso, mudaria apenas os rótulos, e a exploração e a dependência continuariam de uma ou de outra forma.

É possível reconstruir o partido proletário e seguir um caminho revolucionário independente? Sim, a própria história do operariado polonês o confirma. No início dos anos 40, também não havia tal partido na Polônia. Contudo, em plena guerra e sob a ocupação nazista, o valente proletariado polaco reconstruiu, em 1942, a sua vanguarda, o Partido Operário Polonês (que mais tarde se fundiu com o Partido Socialista Polonês, renovado). Agrupou em torno dele a classe operária, as massas pobres do campo, setores patrióticos e progressistas, e adotando uma

tática e uma estratégia corretas, levou-os à vitória. Assegurou a hegemonia do proletariado no processo da dura luta de libertação nacional. O que facilitou a passagem ao socialismo. O proletariado foi a força decisiva na restauração da economia depois da guerra. Foi ele que tomou nas mãos a reconstrução das fábricas e usinas destruídas, que impulsionou e animou os camponeses a realizar a reforma agrária. A classe operária foi traída pelos revisionistas da Polônia e da União Soviética. Mas continua conservando um grande potencial de luta. Recentemente, apesar de mal orientada, pôs abaixo, com o corajoso e combativo movimento grevista, os Gomulka, Gierk e Kania, serviçais do capitalismo.

Não há dúvida de que, sob a justa direção de um partido marxista-leninista, atuando de modo independente, varrerá do poder os renegados do socialismo, os reacionários de todos os tipos hoje camuflados de liberais. E retomará o caminho da sua autêntica libertação.

A nós, ao proletariado mundial, não cabe apenas aplaudir a luta sem ver o caráter, a essência do movimento político que ela representa. Cumpre-nos erguer a nossa voz, fazê-la chegar ao proletariado polonês com o objetivo de despertá-lo para a ação independente, induzi-lo e ajudá-lo a lutar pela construção de seu partido, indicar o caminho da revolução, do verdadeiro socialismo.

Que viva a Polônia socialista, de tradições revolucionárias, e que termine para sempre a opressão nacional, a exploração capitalista, a utilização da classe operária como joguete da reação interna e externa!

É o que almejamos, todos nós, internacionalistas proletários conseqüentes. ●



EM HOMENAGEM AO 30º ANIVERSÁRIO DE "PROBLEMAS ECONÔMICOS DO SOCIALISMO NA URSS"

O Caráter das Leis Econômicas no Socialismo

Josef Stálin

Alguns camaradas negam o caráter objetivo das leis da ciência, principalmente das leis da Economia Política no socialismo. Negam que as leis da Economia Política refletem o caráter regular de processos que se realizam independentemente da vontade dos homens. Consideram que, em virtude do papel especial que a história reservou ao Estado Soviético, este e seus dirigentes podem abolir as leis da economia política existentes, podem "formar" novas leis, "criar" novas leis.

Equivocam-se profundamente. Confundem as leis da ciência, que refletem processos objetivos da natureza ou da sociedade, processos independentes da vontade dos homens, com as leis promulgadas pelos governos, criadas pela vontade dos homens e que possuem unicamente força jurídica. De modo algum, porém, elas podem ser confundidas.

O marxismo concebe as leis da ciência — quer se trate das leis das Ciências Naturais, quer das leis da Economia Política — como o reflexo de processos objetivos que se realizam independentemente da vontade dos homens. Os homens podem descobrir estas leis, chegar a conhecê-las, estudá-las, levá-las em conta em sua atividade e utilizá-las no interesse da sociedade; porém não podem modificá-las nem aboli-las. E menos ainda podem formar ou criar novas leis da ciência.

Quer isto dizer, por exemplo, que os efei-

tos da ação das leis naturais, os efeitos da ação das forças da natureza sejam em geral inelutáveis, que as ações destrutivas das for-



Josef Stálin

ças naturais se manifestam sempre e em toda parte como uma força inexorável e espontânea que não se submete à influência do homem? Não, não quer dizer isso. Se excluirmos os processos astronômicos, geológicos e outros análogos nos quais os homens, inclusive quando chegam a conhecer as leis do seu desenvolvimento, são verdadeiramente impotentes para neles influir, em muitos outros casos os homens não são, em absoluto, impotentes para influir nos processos naturais. Em todos estes casos, os homens, uma vez conhecidas as leis da natureza, podem, tomando-as em consideração e apoiando-se nelas, utilizando-as e aproveitando-se devidamente, reduzir a esfera de sua ação, encaminhar noutra direção as forças destrutivas da natureza e fazer que tragam proveitos à sociedade.

Tomemos um exemplo entre muitos. Em tempos remotíssimos, o transbordamento dos grandes rios, as inundações e as destruições de casas e de campos semeados, eram consideradas calamidades inelutáveis, contra as quais os homens nada podiam fazer. No entanto, com o decorrer do tempo, ao elevar-se os conhecimentos dos homens, quando eles aprenderam a construir diques e centrais hidrelétricas, tornou-se possível preservar a sociedade de calamidades como as inundações, que antes pareciam indomáveis. Mais ainda: os homens aprenderam a submeter as forças destrutivas da natureza, domá-las, por assim dizer, a amansá-las, a fazer com que a força da água prestasse serviço à sociedade, e a utilizá-la para irrigar os campos e obter energia.

Quer isto dizer que os homens, desta maneira, aboliram as leis da natureza, as leis da ciência, criaram novas leis da natureza, novas leis da ciência? Não, não quer dizer isto. A verdade é que tudo o que se faz para prevenir a ação da força destrutiva da água e para utilizar essa força no interesse da sociedade faz-se sem violar, no mínimo que seja, modificar ou destruir as leis da ciência, sem criar novas leis da ciência. Ao contrário, tudo isto é feito rigorosamente à base das leis da natureza, das leis da ciência, uma vez que a infração das leis da natureza, por mais insignificante que seja, conduziria apenas à desorganização, ao fracasso.

O mesmo se pode dizer das leis do desenvolvimento econômico, das leis da Economia Política, quer se trate do período do capitalismo, quer do período do socialismo. Aqui, tanto quanto nas Ciências Naturais, as leis

"... tanto quanto nas Ciências Naturais, as leis do desenvolvimento econômico são leis objetivas que refletem os processos do desenvolvimento econômico, processos que se verificam independentemente da vontade dos homens."

do desenvolvimento econômico são leis objetivas que refletem os processos do desenvolvimento econômico, processos que se verificam independentemente da vontade dos homens. Os homens podem descobrir essas leis, chegar a conhecê-las e, apoiando-se nelas, aproveitá-las no interesse da sociedade, orientar noutra direção a ação destrutiva de algumas leis, limitar a esfera de sua ação, dar livre curso a outras leis que vão abrindo caminho; porém não podem destruir ou criar novas leis econômicas.

Uma das peculiaridades da Economia Política consiste em que suas leis não são duradouras, como as leis das Ciências Naturais, pois as leis da Economia Política, pelo menos a maioria delas, atuam no transcurso de um período histórico determinado, e depois cedem lugar a novas leis. Mas as leis econômicas não são destruídas, cessam de atuar devido a novas condições econômicas e saem de cena para dar lugar a leis novas, que não são criadas pela vontade dos homens, nascem sobre a base de outras condições econômicas.

Invoca-se o "Anti-Dühring" de Engels, sua fórmula de que, ao ser liquidado o capitalismo e transformados em propriedade comum os meios de produção, os homens adquirem o domínio sobre seus meios de produção e se libertam do jugo das relações econômico-sociais, convertendo-se em "senhores" de sua vida social. Engels chama a essa liberdade "necessidade feita consciência". Contudo, que pode significar "necessidade feita consciência"? Significa que os homens, uma vez conhecidas as leis objetivas ("necessidade"), as utilizam, com plena consciência do que fazem, no interesse da sociedade. Por isso Engels diz nessa mesma obra que:

"As leis de suas próprias ações sociais, leis que até agora se opunham aos homens como leis estranhas, como leis na-

turais que os mantinham submetidos, serão aproveitadas pelos homens com pleno conhecimento de causa e, portanto, serão por eles dominadas”.

Como se pode ver, a fórmula de Engels não fala em favor dos que pensam que no socialismo é possível abolir as leis econômicas existentes e criar outras novas. Bem ao contrário: essa fórmula não exige a abolição das leis econômicas mas que se as conheçam e sua sábia aplicação.

Diz-se que as leis econômicas têm um caráter espontâneo, que sua ação é irresistível, que a sociedade é impotente diante delas. Isto não é certo. É fazer das leis um fetiche, entregar-se a elas como um escravo. Está demonstrado que a sociedade não é impotente ante as leis econômicas; que pode, apoiando-se nelas depois de as conhecer, limitar a esfera de sua ação, aproveitá-las no interesse da sociedade e “domá-las” como ocorre com as forças da natureza e com sua leis, tal como no exemplo citado do transbordamento dos grandes rios.

Invoca-se o papel especial que corresponde ao Poder Soviético na construção do socialismo e se diz que esse papel permite-lhe destruir as leis do desenvolvimento econômico existente e “formar” outras novas. Isto tampouco é correto.

O papel especial do Poder Soviético deve-se a duas circunstâncias: em primeiro lugar, ao fato de que o Poder Soviético não teve de substituir uma forma de exploração por outra, como sucedeu nas velhas revoluções, mas suprimir toda exploração; em segundo lugar, devido a que, como não existia no país nenhum germe de economia socialista, o Poder Soviético teve de criar, “em terreno virgem”, por assim dizer, novas formas de economia, as forma socialistas de economia.

Indubitavelmente, esta era uma tarefa difícil e complexa, sem precedente. Todavia, o Poder Soviético cumpriu-a com honra. Cumpriu-a, porém, não porque tivesse destruído as leis econômicas existentes e “formado” outras novas, mas unicamente porque se apoiou na lei econômica da harmonia obrigatória entre as relações de produção e o caráter das forças produtivas. As forças produtivas do nosso país, particularmente na indústria, tinham caráter social, mas a forma da propriedade era privada, capitalista. Baseando-se na lei econômica da harmonia obrigatória entre as relações de produção e o

caráter das forças produtivas, o Poder Soviético socializou os meios de produção, fê-los propriedade de todo o povo e desta maneira destruiu o sistema de exploração e criou as formas socialistas de economia. Se não tivesse existido essa lei e sem nela apoiar-se, o Poder Soviético não teria podido cumprir a sua tarefa.

“Necessita-se (...) de uma força social capaz de vencer esta resistência. Essa força em nosso país foi a aliança da classe operária e dos camponeses...”

A lei econômica da harmonia obrigatória entre as relações de produção e o caráter das forças produtivas pugna por abrir caminho nos países capitalistas, desde há muito tempo. E se ainda não desbravou o caminho e não alcançou plena liberdade, é porque tropeça com a renhida resistência das forças sociais que estão condenadas a desaparecer. Aqui nos deparamos com outra peculiaridade das leis econômicas. Diferentemente das leis das Ciências Naturais, nas quais o descobrimento e a aplicação de uma nova lei quase não encontra obstáculos, na esfera econômica o descobrimento e a aplicação de uma nova lei, se ela fere os interesses das forças sociais fadadas a desaparecer, choca-se com a mais forte resistência por parte dessas forças. Necessita-se, por isso, uma força social capaz de vencer essa resistência. Essa força em nosso país foi a aliança da classe operária e dos camponeses, que representavam a esmagadora maioria da sociedade. Essa força não existe ainda em outros países, nos países capitalistas. Nisso consiste o segredo por que o Poder Soviético conseguiu derrotar as velhas forças da sociedade, a fim de que a lei econômica da harmonia obrigatória entre as relações de produção e o caráter das forças produtivas obtivesse o mais amplo campo para o seu desenvolvimento em nosso país.

Alega-se que a necessidade de um desenvolvimento harmônico (proporcional) da economia do nosso país, permite ao Poder Soviético abolir as leis econômicas existentes e criar outras novas. Isto é completamente errôneo. Não podemos confundir nossos planos anuais e quinquenais com a lei econômica

objetiva do desenvolvimento harmônico, proporcional, da economia nacional. A lei do desenvolvimento harmônico da economia, surgiu em oposição à lei da concorrência e da anarquia da produção sob o capitalismo. Surgiu sobre a base da socialização dos meios de produção, após a lei da concorrência e da anarquia da produção ter perdido sua força. Entrou em ação porque a economia socialista somente pode desenvolver-se baseando-se na lei econômica do desenvolvimento harmônico da economia. Isto quer dizer que a lei do desenvolvimento harmônico da economia nacional oferece a nossos organismos de planificação a possibilidade de planificar corretamente a produção social. Mas não se deve confundir a possibilidade com a realidade. São duas coisas distintas. Para converter esta possibilidade em realidade é preciso estudar essa lei econômica, dominá-la, aprender a aproveitá-la com inteiro conhecimento de causa, impõe-se elaborar planos que reflitam em toda a plenitude as exigências dessa lei. Não se pode afirmar que nossos planos anuais e quinquenais reflitam plenamente as exigências dessa lei econômica.

“É impossível ‘transformar’ as leis, e menos ainda ‘radicalmente’. Se fosse possível transformá-las, seria igualmente possível aboli-las, substituindo-as por outras leis.”

Diz que algumas leis econômicas, entre as quais a lei do valor, que atuam em nosso país, no socialismo, são leis “transformadas”, e até mesmo “radicalmente transformadas”, sobre a base da economia planificada. Isso também não é certo. É impossível “transformar” as leis, e menos ainda “radicalmente”. Se fosse possível transformá-las, seria igualmente possível aboli-las, substituindo-as por outras leis. A tese da “transformação” das leis é uma sobrevivência da fórmula falsa da “abolição” e “formação” das leis. Se bem que a fórmula da transformação das leis econômicas já esteja em uso há muito tempo entre nós, temos que a ela renunciar, para sermos mais exatos. Pode-se limitar a esfera de ação destas ou daquelas leis econômicas, pode-se prevenir suas ações destruidoras, caso naturalmente estas existam,

porém não se pode “transformá-las” ou “destruí-las”.

Por conseguinte, quando se fala de “subjugação” das forças da natureza ou das forças econômicas, de “domínio” sobre elas etc. etc. não se quer absolutamente dizer que os homens podem “destruir” ou “formar” as leis da ciência. Ao contrário: com isto somente se quer dizer que os homens podem descobrir as leis, chegar a conhecê-las, dominá-las, aprender a utilizá-las com pleno conhecimento de causa, aproveitá-las no interesse da sociedade e, desta maneira, submetê-las, conseguir dominá-las.

Assim, as leis da Economia Política no socialismo são leis objetivas que refletem o caráter regular dos processos da vida econômica, processos que se dão independentemente de nossa vontade. Quem nega esta tese, nega no fundo a ciência; e negar a ciência é negar a possibilidade de qualquer previsão, isto é, a possibilidade de dirigir a vida econômica.

Podem dizer que o exposto aqui é acertado e universalmente conhecido, que não há nada de novo em tudo isso e, em consequência, que não valia a pena perder tempo repetindo verdades tão sabidas. Naturalmente, aqui não há, com efeito, nada de novo. Seria no entanto errôneo supor que não vale a pena perder tempo repetindo algumas verdades consabidas. A realidade é que a nós, como núcleo dirigente, somam-se a cada ano milhares de quadros novos, de quadros jovens, que calorosamente desejam ajudar-nos, que ardentemente desejam mostrar o que valem, mas que não têm ainda uma preparação marxista suficiente, não conhecem muitas das verdades para nós bem conhecidas, vendo-se obrigados a tatear nas trevas. Estão atordoados com as realizações colossais do Poder Soviético; ficam com a cabeça tonta com os extraordinários êxitos do regime soviético, começam a imaginar que o Poder Soviético “tudo pode”, que “nada o detém”, que pode abolir as leis da ciência e formar novas leis. Como devemos proceder com esses camaradas? Como educá-los no espírito no marxismo-leninismo? Creio que repetir de modo sistemático as chamadas verdades “bem conhecidas”, explicá-las pacientemente, é um dos melhores meios para dar a esses camaradas uma educação marxista.

1º de fevereiro de 1952

*Moral Fundada Numa Sociedade Nova**

*Gaston Monmousseau***

Este artigo, escrito em 1949, trata de um tema bem atual, que é a moral socialista, baseada na crítica e na autocrítica conscientes.

À luz da teoria marxista-leninista, a crítica e a autocrítica constituem a condição para uma atividade militante justa no sentido de que enfrentam o problema da análise do movimento de massas sob todos os seus aspectos, situação de desenvolvimento, grau do descontentamento dos trabalhadores em cada estágio da exploração capitalista, desejos reivindicativos e nível de sua organização, tendo em vista determinar a forma da entrada dos proletários na luta e os meios de como conquistar a vitória.

A crítica e a autocrítica, segundo o marxismo, são fundamentais pelo fato de indicar a única via existente para tirar todas as lições de qualquer experiência, revelar os erros ou as debilidades, dissecar essa experiência, até as raízes, objetivando descobrir as causas de tais erros a fim de corrigi-los.

É preciso fazer um bom trabalho. A críti-

ca e a autocrítica representam a maneira de trabalhar bem.

"Quando uma verdade se torna evidente em nosso espírito, esquecemos muitas vezes que, ainda na véspera, ela nos escapava."

Nós militantes, temos necessidade de realizar muitos esforços visando exprimir, com palavras simples, idéias claras que traduzam as mudanças que se operam ante os nossos olhos.

Quando uma verdade se torna evidente em nosso espírito, esquecemos muitas vezes que, ainda na véspera, ela nos escapava.

Então tornâmo-nos o dono dessa verdade, emitimos afirmações categóricas e nos admiramos que todo mundo não tenha compreendido ao mesmo tempo que nós aquilo que ignoramos durante toda a vida passada: pontificamos.

(*) O título é da Revista *Principios*.

Texto de 1949, traduzido da edição "A Juventude do Mundo".

(**) Um dos fundadores da CGT francesa.

O conhecimento do papel da crítica e da autocrítica é capital para o militante. Obriga-o a pôr os pés na terra. Faz compreender que qualquer progresso no terreno das idéias é o resultado de esforços permanentes que se precisa efetuar. Ajuda a entender a desigualdade do desenvolvimento da luta de classes e do nível político das massas, a influência das ideologias burguesas e das campanhas reacionárias na consciência dos trabalhadores. Esse entendimento aproxima o militante do povo, força-o a ser compreensivo, a se tornar fraternal e modesto e não paternalista e pedante.

Para conhecer bem e amar as massas, é indispensável, primeiramente, conhecer a si próprio e recordar o caminho percorrido a fim de não pontificar.

Creio ser necessário colocar a questão nesse plano para ajudar nossos militantes a passar da crítica e da autocrítica mecânicas e inconsistentes à crítica e à autocrítica conscientes.



Com efeito, certo número de camaradas resistem à crítica e à autocrítica ou se entregam à crítica e à autocrítica formais. Indo-se ao fundo dessa resistência, ou dessa caricatura de autocrítica, chega-se a descobrir um espírito de suficiência ou de amor-próprio ferido.

É a característica de quem pontifica, de quem nunca se engana, de quem vive da contemplação do passado, de suas experiências anteriores, de suas idéias adquiridas de uma vez para sempre e que, por essa razão, se engana enganando os outros.

O materialismo dialético nos ensina que tudo na natureza, entre os homens, no movimento das classes e na sociedade socialista é resultado de choques de contrários, de oposições, ou seja, de um combate permanente. Luta constante entre o que vai nascer e o que vai desaparecer, entre o que nasce e o que perece, entre o futuro e o passado. O pensamento do homem, reflexo da vida que o circunda, é um produto deste mesmo combate. Em consequência, o pensamento reflete a dupla pressão do passado e do futuro, daquilo que é transmitido e adquirido e do que ainda vai nascer e se impor.

O hábito de executar isto ou aquilo de tal ou de qual maneira e num certo momento, dentro de um quadro freqüente, outra coisa não é que a força do passado. Para avançar numa outra direção, empregando outros meios, faz falta combater e vencer o hábito.

Não existem bons hábitos: o que há são melhores métodos de atividade.

“O hábito esclerosa o pensamento que a ele se ajusta: torna-se uma segunda natureza, como se diz comumente.”

O hábito é resultado de um estado de espírito dado num momento determinado. Pre-dêmo-nos a ele em virtude da aparência de imobilidade do movimento que nos rodeia, sem ver as mudanças bruscas que não previmos.

Tem-se o hábito de fumar cachimbo sem pensar que nos pode fazer mal. Somente se combate esse hábito quando se sente a indisposição.

Seguidamente adia-se para amanhã, de um dia para o outro, a decisão que precisamos

tomar, de tal modo está enraizado em nós o hábito de pensar e de agir desta ou daquela maneira.

O hábito esclerosa o pensamento que a ele se ajusta: torna-se uma segunda natureza, como se diz comumente.

Adquire-se hábito burocrático e pensa-se burocraticamente. A força do passado prevalece, procura-se defendê-la frente aos que a contestam. Ela está dentro de nós. E nos impede de analisar e de ver claro; pontificamos sem disso nos dar conta.

“Somente a crítica e a autocrítica conscientes nos tornam capazes de dissecar os hábitos que existem em nós. . .”

Somente a crítica e a autocrítica conscientes nos tornam capazes de dissecar os hábitos que existem em nós, de determinar a sua natureza, e de combatê-los quando nos impedem de avançar.

Não se imagina que a moral burguesa deixou traços em nós.

A gente toma a palavra numa assembléia sindical ou num congresso, e comete um erro flagrante sobre determinado assunto. Alguém interrompe para dizer que nos enganamos — é um “adversário” — (se fosse, isto não impediria que, sobre esse assunto, tivesse razão) mas prosseguimos, afundando no erro, tentando mostrar que ele não existe, ou afirmamos ter desqualificado o interpelador: questão de “amor-próprio”.

Os amigos naturalmente aplaudem, ficamos contentes, dizemos a nós mesmos e a eles: Eu lhe torci o pescoço: “suficiência”. Na realidade, levamos os ouvintes atentos e imparciais à convicção de que erramos, de que nossa conduta não é séria para um militante: “mau trabalho”.

Um camarada comete uma falta contra seus companheiros ou contra a organização, ele bem o sabe, mas não quer admitir — questão de “amor-próprio”: o “eu” acima de tudo. Você o sabe também, mas o apóia: questão de “amizade pessoal”; a amizade pessoal acima de tudo, o interesse da verdade e da organização vem depois.

Mas este “eu” acima de tudo não constitui ainda posição firme, tal como se imagina. Procura então, e imediatamente, pontos de apoio em torno de si, entre suas “amizades pessoais” ou entre outros “eu” tão vacilantes quanto ele: se os encontra no seio da organização forma-se um clã, um clã contra a organização.

Daí, ele busca encontrar pontos de apoio em outro lugar, fora da organização, e os acha sem tardança entre os adversários do proletariado: o “eu” acima de tudo caminha para o campo da burguesia batizado pomposamente de “campo da liberdade”. Isto se chama trair sua classe.

A moral burguesa serve de álibi e, coisa curiosa, permite viver miseravelmente, desdenhosamente, sem remorsos de consciência, pois admite viver assim.

A moral burguesa nos impede de dizer francamente aquilo que deveríamos enunciar sem acanhamento e sem risco de turvar, no que quer que seja, nossas relações de camaradagem.

Um camarada é colocado num cargo. É sério, honesto, faz o que pode, mas considera que o posto não corresponde ao seu nível geral, pretendidamente mais alto. Falta-lhe uma qualidade, precisamente aquela que seria necessária. Se fizer sua autocrítica, se aperceberá da ausência dessa qualidade. Sua consciência não estará tranquila. Mas isto não é tão simples. Se a manga do meu casaco está rota no cotovelo, meu vizinho o descobrirá mais facilmente que eu.

“. . . eis que se interpõe a questão do amor-próprio, o medo de ferir as pessoas, de abalar as relações de camaradagem.”

Devíamos ser reconhecidos aos amigos que nos abrem os olhos, assim como ao médico que nos adverte do perigo. Se me sinto gripado, digo. Se me fazem uma observação a esse respeito não me zango e se insistem que me trate, não fico contra, nem julgo que isto abale amizades; irei deitar-me.

Mas no caso do militante ao qual falta uma qualidade ou outra coisa, eis que se interpõe a questão do amor-próprio, o medo de ferir as pessoas, de abalar as relações de camaradagem.

Como se fosse desonra não conhecer tudo, não ser perfeito, não saber ou não poder fazer tudo, numa palavra, não ser militante universal. Assim como se fosse indignidade envelhecer, sentir que não se pode mais realizar tantas coisas de uma só vez, sendo necessário concentrar seus esforços ali onde pode melhor produzir.

Para dizer o que pensamos de nosso camarada, velho ou jovem, ou seja lá do jeito que ele for, ficamos dando voltas e mais voltas, tateando: ocorre também que, cansados desse expediente, dirigimos-lhe a crítica sem nenhum cuidado, sem explicação, de qualquer jeito.

Em muitos casos, as precauções são necessárias para não desencorajar os companheiros que não venceram ao mesmo tempo que nós a distância que separa a crítica inconsciente da crítica consciente.

"... devemos dizer a verdade claramente, tranquilamente, submeter-nos, em conjunto, voluntariamente, conscientemente, aberta e serenamente, à crítica e à autocrítica, como função indispensável da atividade militante."

Acho que, o mais das vezes, este embaraço entre camaradas revela amizade formal, superficial, convencional — reflexo de relações baseadas na falsa delicadeza da pequena burguesia, que conduz a atitudes hipócritas, à acumulação das críticas e depois às ofensas recíprocas, prejudiciais às relações de real amizade que precisam existir entre militantes: devemos dizer a verdade claramente, tranquilamente, submeter-nos, em conjunto, voluntariamente, conscientemente, aberta e serenamente à crítica e à autocrítica, como função indispensável da atividade militante.

Esta luta que travamos é um combate entre a nova e a velha moral, entre o que assimilamos do novo homem e o que existe ou resta em nós do individualismo pequeno-burguês.

O amor-próprio ferido, o espírito de suficiência e o sectarismo com relação à crítica e à autocrítica conscientes são manifestações típicas da moral e do individualismo

pequeno-burguês baseado na apropriação individual das riquezas e dos meios de produção: a liberdade individual de explorar outros indivíduos, de mentir livremente, de sair dos apuros às expensas de não importa quem etc.

"A crítica e a autocrítica não são artigos de fé nem de oportunidade tática, mas uma lei da dialética estabelecida à luz do materialismo dialético."

A crítica e a autocrítica consciente do nosso comportamento individual e da nossa atividade militante constituem os meios para a transformação da consciência burguesa em consciência revolucionária.

A moral que nos permite confrontar nossos pensamentos e atos de acordo com princípio elevados está fundada nos princípios de uma sociedade nova, de uma sociedade sem classes, nas novas relações de produção entre os homens, nos princípios de uma sociedade socialista e comunista.

Mas esta consciência revolucionária já conta com elementos permanentes de sua formação e de seu desenvolvimento no quadro do desenvolvimento da classe operária e das relações com as massas.

É tendo noção dos deveres contraídos com a classe operária que devemos submeter nosso comportamento à crítica e à autocrítica, à autocrítica interior ou pública, segundo o caso e a necessidade.

A crítica e a autocrítica não são artigos de fé nem de oportunidade tática, mas uma lei da dialética estabelecida à luz do materialismo dialético.

É através da crítica e da autocrítica conscientes que chegaremos a expulsar de nós a moral reacionária burguesa e o que resta de individualismo pequeno-burguês, a libertar-nos das ideologias retrógradas que servirão e servem aos pontífices do sistema capitalista para governar os povos que oprimem.

Desse modo preparámo-nos para jogar o nosso papel de guias duma humanidade nova alicerçada em uma moral superior.

A Dominação Estrangeira no Brasil

Sérgio Castro

*Aqui se investiga o estágio
atual da economia dependente do Brasil e se
indica a saída: derru-
bar as forças reacionárias e conquistar a liberdade po-
lítica a mais ampla.*

Nunca na história do Brasil dos últimos cento e cinquenta anos foram tão graves os problemas do país no tocante à dominação estrangeira. A "independência" e a "soberania nacional" da versão oficial escondem, de fato, uma profunda e extensa presença do imperialismo, em particular o norte-americano, em todos os aspectos da vida econômica, política e social brasileira.

Essa é uma das principais conseqüências do regime dos generais reacionários implantado com o golpe de abril de 1964. Utilizando a supressão das liberdades políticas, toda uma legislação de exceção e o terror fascista, perseguindo as organizações da classe operária e do povo, prendendo e assassinando seus líderes, democratas e patriotas, os militares visaram criar as condições para impôr à nação o decantado "modelo de desenvolvimento econômico", que nada mais é do que um plano elaborado em conjunto com o capital financeiro internacional para se apoderar das riquezas do país e explorar

ferozmente o povo trabalhador.

É certo que já em 1964 o imperialismo tinha papel importante na economia brasileira. Mas é a partir de então que esse papel assume predominância. Utilizam formas de exploração mais intensas, em especial os empréstimos a juros elevadíssimos. Ocupam setores estratégicos como as grandes reservas minerais e enormes extensões territoriais na Amazônia. Associam-se vantajosamente com o Estado e com grupos monopolistas nacionais, desnacionalizando a empresa nacional. Investem prioritariamente nos ramos mais dinâmicos da Indústria de Transformação. E, embora o país se tenha desenvolvido nesse período, tal desenvolvimento nada tem a ver com as necessidades da nação. Transformou, isso sim, nossa economia em apêndice das economias dos centros imperialistas internacionais, em peça da engrenagem do sistema capitalista-imperialista mundial. Submetem de fato a nação sob uma nova forma de colonização — o neocolonialismo.

O "modelo" elevou às nuvens o endividamento externo do país, que constitui importante papel espoliador de nossa economia. Segundo dados do Banco Central, de um total de 2,6 bilhões de dólares de dívida externa em 1961, o país passou a dever aos banqueiros internacionais, em 1970, US\$ 5,25 bilhões; em 1975, US\$ 21,5 bilhões; e, em 1980, 53,9 bilhões de dólares. Ou seja, aumentou dez vezes a dívida nos dez anos entre 1970 e 1980. Nos dias de hoje chega a 70 bilhões de dólares, quase três vezes o total das exportações de 1981. Representa importante parcela do PIB nacional. O país paga as mais altas taxas de risco ("Spread") no mercado financeiro internacional. O serviço da dívida impõe pesado ônus à nação. Enfim, o país entrou no círculo vicioso de contrair novos e vultosos empréstimos para pagar os compromissos anteriores. Suas reservas em divisas caíram relativamente e desequilibrou-se de maneira crônica o seu balanço de pagamentos.

A INTEGRIDADE E A SOBERANIA NACIONAL AMEAÇADOS

"A impressão tida ao examinar um mapa (a localização dos imóveis estrangeiros) é a da formação de um cordão isolando a Amazônia do resto do país". Esta frase, pronunciada pelo insuspeito coronel Haroldo Veloso, o da rebelião de Jacareacanga, na CPI da venda de terras brasileiras a estrangeiros, dá bem uma amostra do quanto é grave e alarmante a ameaça à integridade territorial do país. Em que pese as dificuldades em obter dados, verifica-se que aumentou intensamente na década de 70 a posse da terra por estrangeiros, e a sua concentração. Pelo Recadastramento do INCRA de 1976, as **pessoas jurídicas estrangeiras** (com 51% ou mais de capital estrangeiro) detinham 4.712.481 hectares da área total dos imóveis rurais do Brasil. E quase 90% dessas terras estavam sob domínio de apenas 43 grandes empresas! Cada uma delas, portanto, com área média de 100.000 ha. e representando, em conjunto, quase 10% da área total dos 332 imóveis rurais com mais de 50.000 ha.

A afirmação do coronel Veloso, já citada, é procedente. Em 1970, 36% da área pertencente às pessoas jurídicas estrangeiras se encontravam na Amazônia. Em 1976, esse total ia a 54%. Possuem 36,6% da área dos

imóveis do Território do Amapá e nada menos que 4,6% da área ocupada do Estado do Pará!

No entanto, esses dados ainda não dizem tudo. É sabido que as empresas estrangeiras utilizam "testas-de-ferro" para adquirir as propriedades; ou ainda, driblando a legislação sob a supervisão do governo, registrando-as pura e simplesmente como pessoas jurídicas nacionais, como é o caso, por exemplo, do grupo Brascan. Assim, já em 1968, o IBRA relacionava propriedades de **pessoas físicas e jurídicas estrangeiras** com uma área total de 12.943.947 ha., área correspondente a mais da metade do Estado de São Paulo e mais do que a soma das áreas dos Estados do Rio Grande do Norte e Paraíba.

Todo esse processo foi subsidiado por isenção de impostos, benefícios fiscais e empréstimos fornecidos por bancos oficiais brasileiros. Além disso, nessas propriedades mantiveram-se ociosas terras aproveitáveis em proporção maior que nas propriedades não estrangeiras. A tendência claramente expressa desses investimentos é constituir imensas reservas para a especulação futura.

Esse fenômeno relaciona-se também com interesses de dominação de áreas ricas em minerais. Na década de 70 aumentou o número de requerimentos para pesquisa mineral pelas grandes companhias estrangeiras. Elas utilizaram o expediente de fazê-lo através de pequenas empresas representantes, procurando com isso assegurar o domínio de áreas estratégicas, reservando-as para exploração quando lhes convier.

É evidente o atentado à soberania nacional patrocinado pelo regime. Os grandes grupos estrangeiros sentem-se à vontade para pressionar a abertura do monopólio estatal do urânio; disputam a exploração de carvão mineral e do xisto betuminoso no Sul; preparam-se para assaltar as imensas reservas de Carajás etc. Enquanto isso, o país necessitava importar, em 1980, 70% dos minerais consumidos. A produção mineral constitui apenas 2% do PIB. O modelo "tripartite" de exploração — associação entre o Estado, grupos privados nacionais e estrangeiros — serve apenas de sustentáculo aos imperialistas, pois com exceção do ferro, onde o Estado detém 56% da exploração, mas da metade da produção mineral do país pertence a grupos estrangeiros, não computada a exploração do petróleo. Nos metálicos não-ferrosos essa porcentagem chega a 61% e nos não-me-

tálicos (excluído o carvão) a 85%. O ouro é disputado pelos grupos Cominco, Goldfields e Anglo American. As reservas de bauxita estão divididas entre a Alcoa, Alcan, Ludwig, Rio Tinto Zinc, Pechiney, Kayser e Reynolds. O alumínio é dominado pela Alcan, Alcominas e o grupo monopolista nacional Votorantim. O grupo Peñarroya (Cobrac e Plumbum) detém praticamente 100% da exploração do chumbo. E assim por diante.

O SETOR INDUSTRIAL E DE SERVIÇOS

Os investimentos estrangeiros no país, segundo o IBGE, eram de 1,7 bilhão de dólares até dezembro de 1968. Em julho de 1974, o total já alcançava 5,1 bilhões de dólares, havendo portanto um crescimento de 201% nos cinco anos e meio aí considerados. Em dezembro de 1979, após mais um período de cinco anos e meio, esse montante ia a 16 bilhões de dólares, cravando mais um aumento de 213%. Quer dizer, a cada cinco anos e meio o capital estrangeiro triplicou sua entrada em nosso país, na década de 70.

Os investimentos norte-americanos sempre predominaram no conjunto, com algo em torno de 30% do total; seguem-se os capitais da Alemanha Ocidental, com cerca de 12%; Japão e Suíça, com cerca de 10% cada e outros países da Comunidade Econômica Européia — Inglaterra, França, Canadá, Bélgica etc. — com menos de 5% cada.

A grande maioria desses investimentos concentra-se na Indústria de Transformação — 76% do total. Desses, até dezembro de 1979, 19,3% foram investidos no ramo da química, 17% no de material de transporte, 12,2% no de mecânica, 11% no de material elétrico e de comunicação e 11% no de metalurgia. Dessa forma, os cinco ramos aí considerados concentram 70% do capital estrangeiro investido na indústria de transformação, ou seja, mais de 50% de todo capital estrangeiro investido no país até dezembro de 1979!

Esses ramos são justamente os básicos e dinâmicos da indústria. Apresentaram no período os mais altos índices de crescimento. Dominando-os, o capital estrangeiro estende também o domínio sobre o conjunto da indústria. Assim é que, por exemplo, nos ramos de material de transporte, material

elétrico e de comunicações e mecânica, que entre 1966 e 1973 apresentaram taxas de crescimento superiores a 15% ao ano, a participação das multinacionais é de respectivamente 96%, 76% e 74%.

Em 1979, entre as 500 maiores empresas privadas do país, 160 eram estrangeiras, assim distribuídas: 67 dos EUA, 22 da Alemanha Ocidental, 13 da Holanda, 10 da Itália, 10 do Japão, 9 da Suíça, 8 da Inglaterra etc. As dos Estados Unidos concentravam 20% do total das vendas das 500 maiores e as 160 estrangeiras detinham quase 50% das vendas das 500 maiores. Nesse mesmo ano, classificando as 20 maiores empresas de cada ramo, por vendas, eram dominados pelo capital estrangeiro: máquinas e equipamentos, material de transporte, autopeças, eletrônico, têxtil, bebidas e fumo, plásticos e borracha, higiene e limpeza, distribuição de petróleo, farmacêutico e automobilístico. Além desses, mostrou na década grande expansão no setor de serviços (bancos, supermercados, magazines, comércio atacadista etc) e não é desprezível a sua participação nos demais ramos.

As multinacionais são verdadeiras sanguessugas das riquezas produzidas por nossa classe trabalhadora. As divisas aportadas são migalhas comparadas às remessas de lucros às suas matrizes, às isenções e benefícios fiscais de que se beneficiam, aos contratos fraudulentos com as matrizes sob a aparência de assistência técnica. Elevam a nossa dívida externa e oneram pesadamente o balanço de pagamentos. Exploram ferozmente a mais-valia dos operários, auferindo vultosos lucros. Deformam a economia do país, impondo-lhe um padrão de desenvolvimento de acordo com seus interesses de rapina.

“Em 1981, o DIEESE mostrou que a mais-valia na VW chegou a 900%. O lucro líquido por veículo, na base de Cr\$ 300 mil por unidade, foi de Cr\$ 20 mil.”

Considerando 11 multinacionais selecionadas desde o início de sua atuação no país até dezembro de 1974, verifica-se que investiram aproximadamente US\$300 milhões,

remetendo para suas matrizes, apenas entre 1964 e 1974, US\$775 milhões. Assim:

— Empresas: Volkswagen, Rhodia, Esso, Pirelli, Philips, Firestone, General Eletric, Souza Cruz, Johnson & Johnson, Anderson Clayton e Light.	
— Investimentos realizados desde o início de sua atuação até julho de 1975	US\$298,8 milhões
— Saída de capitais desde agosto de 1965 a Julho de 1975	US\$774,5 milhões
— Saldo	US\$475,7 milhões negativos
— Reinvestimentos	US\$662,4 milhões
— Lucros e dividendos remetidos	US\$ 502,4 milhões (nos 10 anos)
— Gastos com tecnologia remetidos	US\$272,1 milhões (nos 10 anos)

Além disso, através de manobras financeiras, estas empresas obtêm lucros muitas vezes superiores aos conseguidos em suas operações normais (são os chamados lucros não

operacionais), como constata o quadro do balanço financeiro de 3 grandes multinacionais em 1974/1975:

	Lucros não operacionais Cr\$ milhões	Lucros operacionais Cr\$ milhões	Dívida com o exterior Cr\$ milhões
Ford	103,2	4,1	623,3
Ericsson	99,5	23,0	161,2
Bayer	13,1	8,6	273,0

Verifica-se também que as multinacionais têm grande peso no endividamento do país com o exterior. A filial brasileira da Volkswagen, por exemplo, contabiliza os fornecimentos de peças, matérias-primas etc., como empréstimos obtidos no exterior, portanto remunerados com juros, com redução de lucros nominais e conseqüentes benefícios fiscais, além de outras vantagens. Mesmo assim, os lucros da VW do Brasil foram de 331 milhões de cruzeiros em 1976. Em 1981, o DIEESE mostrou que a mais-valia na VW chegou a 900%. O lucro líquido por veículo, na base de Cr\$ 300 mil por unidade, foi de Cr\$ 20 mil.

O quanto isso onera também o balanço de pagamentos do país, nos dá uma idéia artigo publicado pela Folha de São Paulo de 25/01/78: segundo dados confidenciais do governo, em 1976, 57% do déficit da balança comercial eram de responsabilidade das

multinacionais, que importaram 2 bilhões de dólares a mais que exportaram. Esses dados referem-se às 345 multinacionais existentes entre 616 maiores empresas do país nessa data.

No ramo automobilístico, onde o país figura como 9º produtor mundial de veículos, todas as montadoras são multinacionais. . ."

Para finalizar, vejamos alguns dados setoriais para a indústria.

No ramo siderúrgico, o maior grupo privado estrangeiro é a Mannesmann, da Alema-

na. Segundo o Guia Interinvest/70, o grupo envolvia no país 3 empresas de mineração, empresas de construções tubulares e hidráulicas, além de siderúrgicas. A Siderbrás, holding do governo com participação de 64% no ramo, em 1979, está associado com a Kawasaki Steel (japonês) e o Grupo Finsider (italiano). O maior grupo privado nacional, o Gerdau, está associado ao poderosíssimo grupo Thyssen da Alemanha. No projeto da Usina de Tubarão, japoneses e italianos têm 49% das ações.

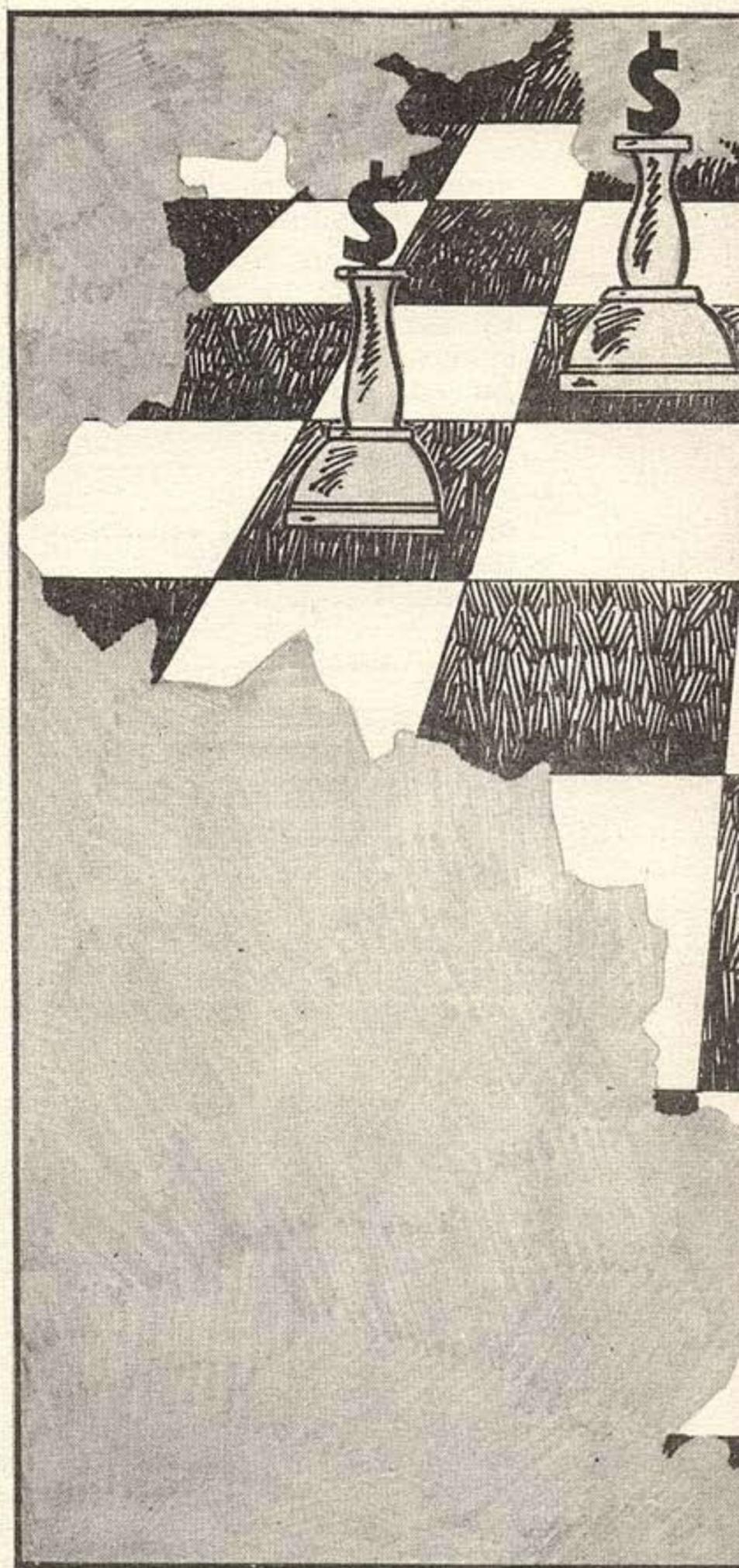
No ramo da química e petroquímica, com acentuado desenvolvimento na década de 70, estão presentes, em associação com a Petrobrás, os grupos Hanna Mining, Philips Petroleum e International Finance Corporation (IFC) — todos dos Estados Unidos. Esses capitais estrangeiros formam vasta trama, que alcança a Aços Villares, grupo Ultra, Minerações Brasileiras Reunidas (MBR), Alcominas etc. A predominância absoluta é de capitais norte-americanos, mas estão também presentes outros grupos, como o Du Pont. No modelo "tripartite" do setor, o sócio estrangeiro tem direito a veto.

No ramo automobilístico, onde o país figura como 9º produtor mundial de veículos, todas as montadoras são multinacionais, as 2 maiores da Alemanha (Volkswagen e Daimler-Benz). Até 1974 já haviam açambarcado 8 empresas de autopeças de porte médio além de "verticalizarem" a produção de 15 itens em autopeças.

A indústria de bens de capital, ramo muito subsidiado da economia brasileira, a par da consolidação de grupos monopolistas nacionais, não está a salvo da participação acionária importante de grandes grupos estrangeiros. Bardella consorciou-se com o poderoso grupo alemão Voith e também com grupos franceses e norte-americanos através da empresa Mecânica Pesada. Aços Villares idem: consorciou-se com General Electric e tem participação de 10% do International Finance Corporation.

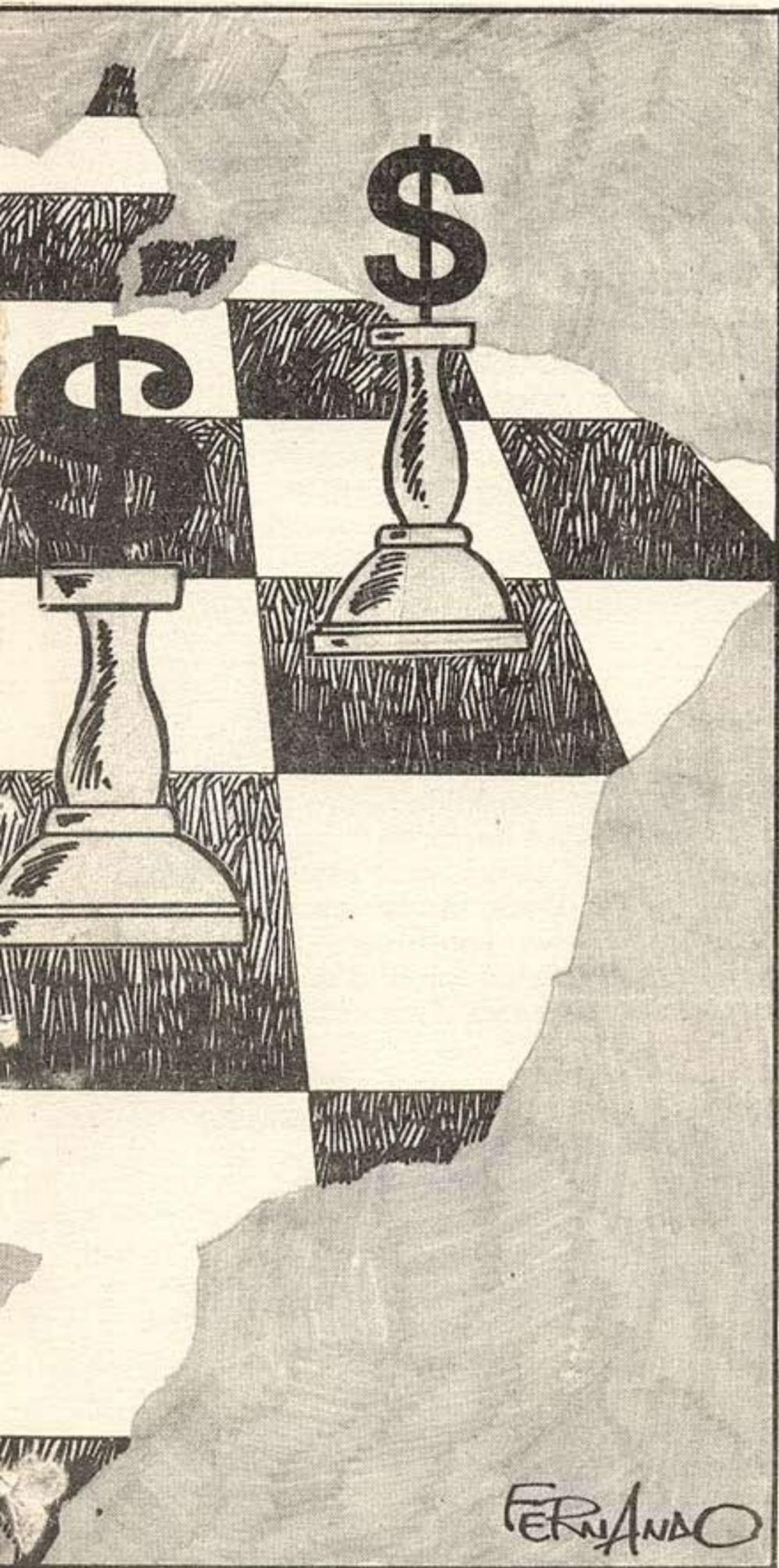
"... urge liquidar o regime dos generais, regime de entreguismo e opressão, pilar de sustentação das forças reacionárias..."

Na produção de fertilizantes, verifica-se



um outro tipo de relacionamento. O Estado tem participação direta como investidor através da Petrofértil, na "base"; quanto aos produtos finais preponderam os estrangeiros com os grupos Bunge y Born (Quimbrasil), Philips Petroleum, IFC e Hanna Mining etc.

Onde é mais marcante ainda a participação estrangeira é nos ramos da indústria farmacêutica e de fumo. Entre os 20 maiores laboratórios encontram-se apenas dois nacionais. Três empresas cigareiras multinacionais detêm 94% do faturamento.



No setor bancário, entre os 50 maiores bancos comerciais, os estrangeiros dominam

não menos que 14 grupos. O Banco Real, situado entre os 5 maiores, está vinculado ao grupo ADELA. O Francês e Brasileiro, entre os dez maiores, estava vinculado ao Bunge y Born (12%) e o Crédit Lyonnais (53%) da França. A seguir aparecem ainda o Citibank (EUA), Safra (com participação suíça e libanesa), o Lar Brasileiro (do grupo Chase — EUA), o América do Sul (majoritariamente do Fuji Bank — Japão), o Sudameris (participação francesa), o Banco de Crédito Nacional (também do grupo ADELA), o Cidade de São Paulo (ligado ao grupo DOW), Mercantil (ligado ao grupo Daimler Benz e Banco Alemão), Mitsubichi (Japão), Bozzano-Simonsen (grupo Lloyds — Inglaterra), First Bank of Boston (EUA), Unibanco (com participação do grupo Deltec Ranking — EUA).

POR UMA VERDADEIRA INDEPENDÊNCIA NACIONAL

Esse é apenas um quadro incompleto, visando destacar alguns aspectos da presença do imperialismo em nosso país na última década. O Brasil sempre conheceu a dominação estrangeira desde sua independência formal em 1822. E o povo brasileiro incessantemente lhe opôs tenaz resistência, tendo a luta anti-imperialista escrito gloriosas páginas da nossa história.

Essa luta, hoje mais do que nunca, assume enorme importância no cenário nacional. A classe operária, os democratas e patriotas, o povo em geral, têm diante de si inadiável tarefa de pôr fim a esse estado de coisas. Para tanto urge liquidar o regime dos generais, regime de entreguismo e opressão, pilar de sustentação das forças reacionárias — os monopolistas estrangeiros, em particular os norte-americanos, os monopolistas nacionais com eles mancomunados e os latifundiários. Erguer em seu lugar um novo regime, que assegure a liberdade, o progresso e a verdadeira independência nacional.

MATERIAIS CONSULTADOS E FONTE DOS DADOS

1. Anuário Estatístico do IBGE — 1980
2. Relatório alternativo da oposição na CPI das multinacionais
3. Quem é quem — Visão/1977/1980
4. Revista Exame 1981
5. Jornais: Movimento, em especial de 14/03/77
Folha de São Paulo de 25/01/78 e Folhetim de 03/02/80
O Estado de São Paulo de 11/03/77
Tribuna da Luta Operária

A Situação no Irã*

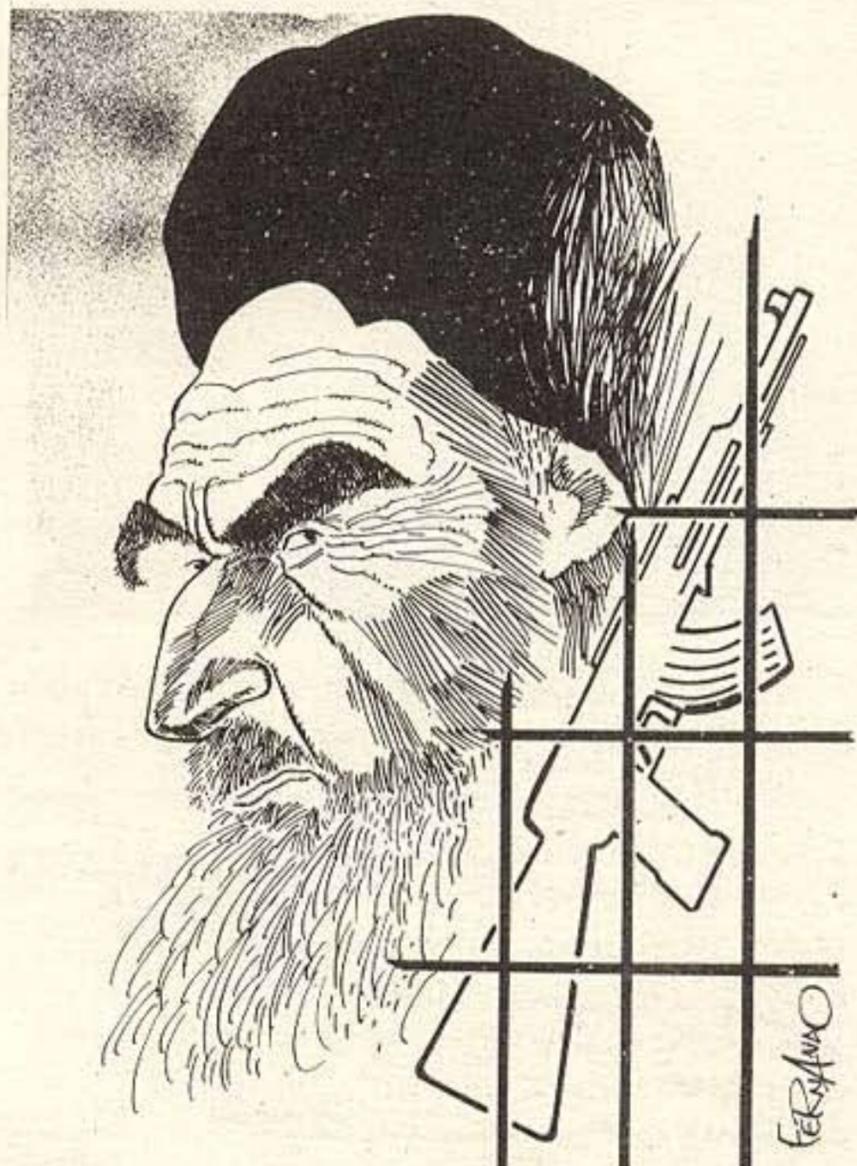
O imperialismo tem atacado das mais variadas formas a revolução democrática e nacional do Irã. O Partido do Trabalho do Irã indica a necessidade de superar os obstáculos internos para prosseguir no caminho revolucionário.

A magnífica revolução de fevereiro de 1979 eclodiu à base das aspirações de nossa nação à liberdade e à independência do jugo do imperialismo, em particular do norte-americano, ao melhoramento das condições catastróficas de vida das massas laboriosas e à instauração de uma sociedade democrática. Essa revolução acha-se atualmente numa fase crítica de sua evolução natural devido a que os inimigos jurados da revolução de 11 de fevereiro, desde os primeiros dias, começaram a preparar complôs, provocações no interior e fora do Irã contra a grande vitória conquistada por nosso povo. Eles puseram em movimento todos os meios de agitação, todas as manobras políticas, econômicas e militares com aquele fim. A propaganda envenenada do imperialismo no exterior ensaiou e ensaia mostrar a nossa revolução como sendo "um passo atrás", procurando justificar assim, perante a opinião internacional, as maquinacões contra-revolucionárias dos imperialistas face à nossa pátria. Seus mercenários do tipo do partido democrata do Curdistão e seus acólitos no interior do Irã, sob a máscara de apoiar "o povo" e o "direito dos povos" à autodeterminação (que corretamente aplicado é um justo direito), tentam conquistar por dentro a fortaleza da revolução e sujeitar o nosso país novamente ao imperialismo.

Os monopolistas norte-americanos, além das providências belicosas indiretas contra a revolução iraniana, empreendidas em geral pela mão de seus agentes, realizaram um ata-

que militar direto que fracassou vergonhosamente no Tabas (região do centro do Irã).

As provocações de certas minorias nacionais e religiosas, os golpes de Estado, a intervenção militar direta, as sabotagens e atentados a bomba etc., constituem um balanço negro da atividade conspirativa do imperialismo frente à revolução. Todas estas provoca-



* Extraído de um documento do Partido do Trabalho do Irã.

ções, malgrado as arremetidas contra o corpo sólido de nossa revolução, mostraram as debilidades do imperialismo diante da vontade férrea do nosso povo em defendê-la.

Os imperialistas estadunidenses, após cada derrota, atacam com ódio redobrado a revolução iraniana. Logo que se patenteou o fracasso total de seus complôs, empurraram o exército iraqueano baas, bem equipado, à agressão ao Irã, a partir de vários pontos do Oeste e do Sul.

É evidente que os manejos contra-revolucionários do imperialismo americano realizaram-se e realizam-se com a aprovação do social-imperialismo russo que, ele também, põe em ação os diferentes meios à sua disposição no interior do Irã (como o partido democrata do Curdistão, o partido Tudeh etc.) no sentido de levar adiante empreendimentos comuns relacionados com a conjura imperialista.

Ninguém ignora o apetrechamento do exército baas iraquiano pelos social-imperialistas soviéticos, nem o envio ao Iraque de armas de variados tipos feito pela Europa Oriental.

Os mercenários norte-americanos, além dos complôs de seus amos, dedicam-se no Sudeste do país (Beluchistão) ao banditismo, fomentam clima de insegurança, atuando no quadro dos planos contra-revolucionários a longo prazo, sob a direção de conselheiros estadunidenses, disfarçando-se em defensores do povo beluchi e beneficiando-se dos recursos que o governo paquistanês põe à sua disposição.

O elevado número de remanescentes do antigo regime do Xá, em particular de militares, na Turquia, no Iraque e no Egito (somente na Turquia há 10.000 soldados e oficiais iranianos sustentados por Washington), estão em contínua mobilização a fim de se encontrarem aptos para o dia "D" do ataque ao Irã.

Os imperialistas ianques não escondem mais seu propósito de derrubar a República Islâmica. Fazem abertamente intensa propaganda entre os seus mercenários, como o "general Ariana", incentivando-os a apresentarem aos iranianos essa derrubada como a única alternativa possível.

Sim, a magnífica Revolução de fevereiro de 1979 acha-se numa situação crítica, entre a vida e a morte: cedo ou tarde chegará o momento em que terá de afrontar, no curso

de uma guerra decisiva, as "alternativas" imperialistas.

Que irá acontecer à revolução iraniana? A fim de responder a esta pergunta é preciso ter em conta dois fatores: em primeiro lugar, o povo e o movimento democrático; em seguida, os dirigentes do país.

Nosso valente povo oprimido, apesar da sua nobreza e de seus recursos limitados, fez enormes sacrifícios em defesa da revolução e das suas conquistas; nada economizou neste domínio. Vertendo o seu sangue, sacudiu o jugo infando do imperialismo sobre o Irã e lançou mão corajosamente de seus filhos como escudos para deter a agressão dos imperialistas e seus agentes. Pode-se afirmar sem a menor dúvida que, se a nação iraniana, por iniciativa própria, não tivesse defendido com todas as suas forças a independência e a integridade territoriais do Irã, o exército baas iraqueano teria podido separar, em alguns dias, o Cuzistão do Irã, pois o exército iraniano estava desorganizado.

O movimento democrático e revolucionário, elemento consciente e organizado da nação, fez também os maiores esforços no sentido de preservar as conquistas da revolução democrática e a integridade do Irã, mobilizando para tal finalidade seus melhores militantes.

Nosso intrépido povo e o movimento democrático e revolucionário constituem as reservas essenciais e a muralha da luta antiimperialista e democrática. Possuem um grande potencial de combate.

"As prisões da República Islâmica estão cheias de presos políticos. A única lei que domina a cena política é o sentimento de ódio e vingança dos mollahs contra as forças revolucionárias, atéias ou religiosas."

Contudo, nossa avaliação da prática dos dirigentes iranianos é diferente. Os critérios que utilizamos para avaliar sua atividade são os seguintes: a atitude diante do imperialismo e da questão do reforçamento ou do enfraquecimento da luta antiimperialista.

Desgraçadamente, as posições tomadas

contra o imperialismo americano pelo **ayatollah Komeini** e pelos **mollahs** que o apóiam limitam-se a slogans e ao plano político. Em outros terrenos, notadamente no econômico, nenhum passo foi dado contra ele. Ao contrário. Por isso as condições sociais e econômicas das massas laboriosas vão de mal a pior, a inflação e a carestia sobem continuamente e o número de desempregados atinge 4 milhões (numa população de 36 milhões). A indústria teve em 1980 um deficit de 16 bilhões de tumans (mais de 2 bilhões de dólares).

O ataque às conquistas da revolução de fevereiro efetuado pelo governo intensificou-se amplamente, ao mesmo tempo em que se degradava o nível de vida do povo e desaparecia a segurança pessoal, jurídica e profissional. Deste modo, dois anos e meio depois da vitória da revolução, todos os jornais e organizações democráticas e patrióticas foram proibidos. Uma atmosfera de repressão terrível domina nossa pátria. As pessoas são executadas sem julgamento sob a "acusação" de serem partidárias de tal ou qual organização revolucionária ou democrática, ou então de ter distribuído volantes ou jornais "ilegais".

As prisões da República Islâmica estão cheias de presos políticos. A única lei que domina a cena política é o sentimento de ódio e de vingança dos **mollahs** contra as forças revolucionárias, atéias ou religiosas. Citamos um exemplo: cinco membros do nosso Partido, sob acusações mentirosas e sem importância, foram executados apressadamente e sem julgamento pelos verdugos do regime e isto no momento em que nosso partido sustentava firmemente as posições anti-

imperialistas dos dirigentes iranianos e apoiava incondicionalmente a guerra patriótica do Irã contra o exército de agressão iraquiano. Em defesa desta causa o Partido teve numerosos feridos e mártires. Nenhuma organização nem grupo democrático denunciou com mais força os imperialistas e demonstrou com fatos da realidade o perigo que eles representavam para a independência e a liberdade de nossa pátria.

Entrementes, os **mollahs**, ignorando as leis científicas que regem a luta social, por sua incapacidade, sua ignorância política e seus métodos cegos preparam o caminho para o retorno da dominação imperialista. Com efeito, a destruição da unidade nacional, das conquistas democráticas da revolução, a supressão das liberdades e o esmagamento das organizações revolucionárias e patrióticas, a execução diária de patriotas, o domínio de um punhado de **hezbollahis** sobre a vida, os bens e a dignidade das massas, tudo isto joga papel negativo no reforçamento da unidade popular e impede a mobilização dos trabalhadores contra os seus inimigos. Em consequência, e devido ao agravamento das contradições sociais, a atenção do povo desvia-se da questão do conflito contra o Iraque e se concentra nos problemas internos. A guerra perdeu sua importância primordial para o reforçamento da unidade do povo e para a sua mobilização contrária ao imperialismo.

Por isso, cada patriota, ao mesmo tempo que luta contra os imperialistas, se vê obrigado a enfrentar os obstáculos e dificuldades internas que enfraquecem a frente de luta anti-imperialista.



A Revolução, Problema Candente à Espera de Solução

*Ramiz Alia**

O mundo capitalista, burguês e revisionista, está mergulhado numa crise geral. Suas estruturas e superestruturas foram abaladas em consequência da exacerbação de todas as contradições que caracterizam a nossa época. O descontentamento das massas, que se expressa em inúmeras greves, nas revoltas dos trabalhadores e nas lutas armadas dos povos por sua libertação, faz arder o solo sob os pés dos imperialistas, da burguesia reacionária, dos revisionistas e de todos os inimigos dos povos e do proletariado.

A questão de levar a cabo a revolução constitui no presente o objetivo fundamental da estratégia da luta de classes do proletariado e das massas oprimidas. A conclusão de Enver Hoxha de que "o mundo se encontra numa fase na qual a causa da revolução e da libertação nacional dos povos não é somente uma aspiração e uma perspectiva, mas também problema candente que espera solução" exprime uma grande verdade emanada da análise marxista-leninista da situação e da evolução atual do sistema capitalista revisionista.

AS PARTICULARIDADES DO PROCESSO REVOLUCIONÁRIO MUNDIAL

O marxismo-leninismo não considera o desmoronamento do capitalismo e do imperialismo como resultado unicamente das revoluções socialistas proletárias, como algo que se produzirá de golpe e simultaneamente em todos os países.

No mundo atual existem diversas contradições, países com níveis diferentes de desenvolvimento sócio-econômico e político, que não se defrontam com as mesmas tarefas

revolucionárias. Esta diversidade da realidade presente também determina a diversidade dos movimentos e dos processos revolucionários que se desenrolam no mundo. Disse o camarada Enver: "As revoluções dependem das condições históricas concretas de cada país em particular, do seu nível de desenvolvimento econômico e social, da correlação de classes, da situação e do grau de organização do proletariado e das massas oprimidas, do grau de intervenção das potências estrangeiras nos distintos países etc. Assim, para alguns países se coloca a tarefa de realizar a revolução proletária, para outros, as revoluções nacional-democráticas e antiimperialistas".

Adquire grande importância para as forças revolucionárias levar em consideração as condições dos diversos países, a fim de poder elaborar uma estratégia que se ajuste às circunstâncias concretas de cada lugar.

A situação e o desenvolvimento atual do sistema capitalista mostram que grande número de países do mundo se encontra às vésperas da revolução socialista proletária. É sabido que os revisionistas apresentam a



(*) *Ramiz Alia, membro do Birô Político e Secretário do C.C. do Partido do Trabalho na Albânia.*

questão da revolução proletária como um "anacronismo", algo "superado", sobretudo no que diz respeito aos países desenvolvidos, imperialistas. Alguns deles, como os de orientação "eurocomunista", declaram que a teoria marxista-leninista da revolução proletária pode ter tido importância somente no passado e exclusivamente para os países não civilizados, atrasados, cobertos de selvas e montanhas. Por esta razão reduzem a luta da classe operária unicamente a tarefas de caráter democrático geral, à luta pela paz, por liberdades parlamentares, por reformas, apresentando-as com espírito reformista, como um processo que supostamente tiraria a sociedade dos marcos do capitalismo. Também os revisionistas chineses, com a teoria dos "três mundos", negam a necessidade da revolução proletária não só para os países capitalistas desenvolvidos (neles não vêm mais do que uma única tarefa: a união do proletariado com a burguesia imperialista com o objetivo de defender-se do perigo do social-imperialismo soviético) como igualmente, sob o pretexto de "não queimar etapas", para todos os demais países do globo.

O leninismo e a experiência histórica provaram que a possibilidade da passagem ao socialismo existe tanto para os países atrasados quanto para os desenvolvidos, imperialistas. Em cada um deles ocorrem circunstâncias favoráveis e desfavoráveis. Porém a vitória da revolução socialista é uma lei objetiva e inelutável à qual nenhum país, seja desenvolvido ou atrasado, por subtrair-se.

Indubitavelmente, nos países imperialistas, a par das tarefas da revolução proletária, à classe operária e às massas populares apresentam-se também muitas tarefas de natureza geral democrática, anti-monopolista. Elas têm importância e não se pode deixar de levá-las em conta. Contudo, toda superestimação destas tarefas ou a tendência a lhes atribuir caráter absoluto, afastam a classe operária e as massas trabalhadoras da luta pela preparação da revolução proletária, da luta revolucionária pelo socialismo.

As tarefas de sentido geral democrático constituem uma parte apenas da luta do proletariado. Acima de tudo deve predominar o objetivo de fazer a revolução proletária que é o único caminho para pôr fim ao regime de escravidão capitalista e realizar plenamente todas as tarefas gerais, democráticas, antimonopolistas. Lênin disse: "Deve-se combinar a luta pela democracia com a luta pela revolução socialista, submetendo a pri-

meira à segunda. Nisso reside a grande dificuldade e essa é a essência da questão (...) Não há que perder de vista o fundamental (a revolução socialista); é preciso colocá-la no lugar primordial (...) submeter a ela e com ela coordenar todas as reivindicações democráticas".

Um número considerável de países, particularmente da África, Ásia e América Latina, encontra-se ante a **revolução democrática antiimperialista de libertação nacional**, que tem suas particularidades segundo o país em que se realiza. Nesses Continentes, as tarefas relativas à luta contra o sistema de relações feudais, contra os regimes reacionários e as tarefas em prol da independência nacional e do progresso social democrático representam peso tão importante que tornam inevitável a etapa democrática e antiimperialista da revolução.

O proletariado e seu partido marxista-leninista, assim como as massas trabalhadoras desses países, não podem permanecer indiferentes face a essas tarefas. Eles constituem hoje a força social mais interessada em resolvê-las rapidamente, porque o jugo imperialista e a opressão por parte dos regimes reacionários, feudais e semifeudais, pesam principalmente sobre essas forças sociais. Além do mais, a liquidação desse jugo e dessa opressão desbrava o terreno a outras transformações radicais, aproxima e facilita o triunfo da revolução socialista.

Independentemente das tarefas específicas que realizam as revoluções democráticas antiimperialistas e de libertação nacional, elas integram o processo geral revolucionário mundial, objetivamente são aliadas da revolução socialista e do socialismo. Desfecham golpes demolidores no imperialismo e na reação, debilitam suas posições, contribuem assim para a vitória das revoluções socialistas.

Os movimentos de libertação, as revoluções democráticas, antiimperialistas, orientam-se contra inimigos que o são também da revolução proletária. Todas as tentativas dos revisionistas destinadas a isolar e opor entre si os diversos movimentos revolucionários, bem como as distintas etapas de desenvolvimento do atual processo revolucionário mundial, têm por objetivo dividir e debilitar as forças da revolução, adiar a revolução para as calendas gregas. Contrariamente às teses revisionistas, a experiência histórica mostra que a luta pela realização da revolução democrática antiimperialista e da revolução socialista constituem um só processo revolucionário.

rio mundial, cujas fases não podem fundir-se e perder suas particularidades, nem ser separadas por uma "muralha chinesa" insuperável. No processo revolucionário, as tarefas da revolução democrática antiimperialista poderão entrelaçar-se com as da revolução socialista, da mesma forma que a revolução proletária poderá efetuar muitas das tarefas das revoluções democráticas antiimperialistas. Os marxistas-leninistas consideram o entrelaçamento destas tarefas concretamente em cada país, sem desprezar tampouco a dinâmica deste processo, que em cada novo momento traz mudanças na correlação entre as tarefas democráticas da luta antiimperialista e as tarefas da luta pelo socialismo.

A força mais ativa, mais viva e mais revolucionária capaz de guiar essas revoluções é a classe operária com seu partido marxista-leninista. Ela pode agrupar em seu redor todas as forças revolucionárias do país e dirigi-las na luta contra a reação interior, contra o imperialismo e o social-imperialismo. As possibilidades para a classe operária assumir a direção das revoluções democráticas antiimperialistas aumentaram muito, uma vez que em nossa época o proletariado desenvolveu-se em toda a parte, elevou o nível de sua consciência revolucionária e a situação se tornou mais favorável à transformação das revoluções democráticas antiimperialistas em revoluções proletárias. A fim de levar adiante este processo, é particularmente importante que os partidos marxistas-leninistas desenvolvam a iniciativa revolucionária, que o papel da classe operária e o peso específico de sua luta aumentem no curso da revolução, que se neutralize a ação das forças da burguesia nacional interessada em deixar a revolução a meio caminho.

"Os marxistas-leninistas apóiam e respaldam unicamente os movimentos que jogam um papel progressista, que criam condições à revolução democrática antiimperialista e a fazerem avançar."

Nos países da Ásia, África e América Latina atuam correntes políticas internas heterogêneas do ponto de vista social e de classe, e várias forças externas influem sobre elas. Neste fato têm também sua origem os diferentes movimentos políticos: revolucionários, democráticos, reformistas, reacionários, mili-

taristas etc. A classe operária e seu partido marxista-leninista não podem adotar a mesma atitude face a todos eles, nem apoiá-los no seu conjunto, menos ainda identificar-se com eles. Os marxistas-leninistas apóiam e respaldam unicamente os movimentos que jogam um papel progressista, que criam condições à revolução democrática antiimperialista e a fazerem avançar. Ao mesmo tempo, pronunciam-se contra todos os movimentos políticos reacionários, inclusive quando se mascaram com rótulos "de esquerda" ou "nacionalistas".

Na atualidade, em diversos países do mundo, sobretudo da Ásia e da África, há muitas pessoas e movimentos políticos que aspiram a realizar mudanças radicais na vida de seus povos. Alguns deles usam às vezes palavras-de-ordem socialistas. Os marxistas-leninistas saúdam toda aspiração democrática e progressista, toda inclinação sincera ao socialismo. Cumpre, porém, assinalar que nos referidos países difundiram-se idéias confusas, inexatas, não-científicas sobre o socialismo. Observa-se uma mescla dos princípios do socialismo e do capitalismo, de concepções do mundo e de ideologias diversas, incluindo as nacionalistas e religiosas. Os revisionistas estimulam e exploram esta confusão objetivando afastar as massas populares do justo caminho da luta pelo progresso social e pela extensão de sua influência política. A libertação social e a vitória do socialismo só podem ser alcançadas baseando-se na teoria revolucionária do proletariado e sob a direção do partido marxista-leninista.

Os países da África, Ásia e América Latina são palco de uma vasta batalha contra o imperialismo e o neocolonialismo. O povos desses Continentes lutam para assegurar e reforçar sua liberdade e independência, por afirmar a soberania nacional sobre as riquezas do país, pela eliminação da discriminação existente no comércio mundial etc. A luta desses povos representa uma poderosa força que investe contra o imperialismo, o neocolonialismo e a reação. Por isso, é apoiada com determinação por todas as forças revolucionárias, por todos os marxistas-leninistas, pelos que consideram sagrada a causa da liberdade, da independência, do socialismo. Enver Hoxha assinalou que a Albânia "estará em qualquer momento ao lado de todos os povos cuja liberdade e independência estejam ameaçadas e cujos direitos sejam violados".

Diante do crescimento dos movimentos

revolucionários dos povos, as forças unidas da reação mundial se lançaram a um ataque frontal e selvagem visando destruir todo foco de luta revolucionária de libertação. Nesse ataque não vacilam em recorrer à agressão militar, à expansão econômica e política, às intervenções armadas brutais, aos meios tradicionais do colonialismo e às novas formas do neocolonialismo. Aliam-se às forças internas mais obscurantistas, às fileiras dos senhores feudais e da burguesia, aos reis e aos ditadores, às camarilhas e regimes reacionários dispostos a vender a liberdade e a independência de seus países para preservar seus privilégios e os lucros que obtêm à custa dos povos oprimidos.

Em condições tais, quando os imperialistas e os revisionistas intentam por todos os modos desorientar o movimento de libertação e revolucionário dos povos da Ásia, África e América Latina, é tarefa de importância histórica não só para os partidos marxistas-leninistas, mas também para todas as forças democráticas e revolucionárias, realizar uma luta decidida contra a política reacionária imperialista-revisionista, contra sua demagogia e suas manobras a fim de tornar realidade as aspirações dos povos à liberdade e à democracia, pelo triunfo da revolução.

A SITUAÇÃO REVOLUCIONÁRIA E O PAPEL DO FATOR SUBJETIVO

As revoluções não se fazem por encomenda nem são casuais. Explodem como consequência da combinação dos fatores objetivos e subjetivos, das condições internas e externas, do entrelaçamento e da exacerbação das profundas contradições econômicas, políticas e sociais, dos antagonismos irreconciliáveis entre opressores e oprimidos, exploradores e explorados. A revolução eclode no país onde o agravamento dos antagonismos e da contenda entre as forças sociais, entre classes opostas, chegam ao seu ponto culminante, fazendo do país um elo débil do sistema mundial do capitalismo. A experiência histórica demonstra que na época do imperialismo, quando o sistema capitalista em sua totalidade está maduro para a revolução, surgem elos fracos tanto em países desenvolvidos como nos atrasados. Estes entrelaçamentos e exacerbações de contradições não se dão de uma vez e para sempre, não se manifestam necessariamente só num país ou em uma região. Ao contrário, o desenvolvimento e o

amadurecimento do sistema capitalista mundial em seu conjunto, para a revolução, permitem que esses entrelaçamentos apareçam mais ou menos simultaneamente em alguns países ou se desloquem de um país a outro, de uma zona a outra. Presentemente existem muitos elos frágeis na cadeia do sistema capitalista mundial.

Na identificação dos elos mais débeis do sistema capitalista, os marxistas-leninistas não partem de desejos subjetivos e arbitrários, têm presentes em primeiro lugar os fatores objetivos, aquele entrelaçamento e aquela exacerbação em alto grau de todas as contradições do capitalismo que põem a revolução diretamente na ordem do dia. Esta, segundo Lênin, pode estourar unicamente numa situação revolucionária, fazendo amadurecer objetivamente o desenvolvimento sócio-econômico de um dado país. "Só quando os 'de baixo' não querem e os 'de cima' não podem continuar vivendo como antes, só então poderá triunfar a revolução. Em outras palavras, esta verdade se expressa do modo seguinte: a revolução é impossível sem uma crise nacional geral (que afete a explorados e exploradores)".

A concepção marxista-leninista da situação revolucionária serve de critério científico pelo qual se guiam os revolucionários para definir os momentos oportunos, quando se dá a possibilidade objetiva de desfechar o golpe decisivo ao sistema de opressão e exploração.

Os marxistas-leninistas verdadeiros distinguem-se muito claramente dos anarquistas. Também dos oportunistas, dos revisionistas soviéticos, dos eurocomunistas etc. os quais não apenas se negam a preparar as massas para a revolução, mas freiam as massas e sabotam a revolução quando surgem situações revolucionárias. Os revisionistas chineses (...) legitimam a conciliação dos explorados com os exploradores, do "terceiro" mundo com o "segundo" e com o imperialismo norte-americano.

A revolução, como atividade consciente sócio-política das massas, como o grau supremo da luta de classes, não deve ser concebida nem realizada sem estar ligada à persuasão, mobilização e organização das massas, às quais incumbe empreender poderosas ações revolucionárias. Não se poderá conduzi-la à vitória definitiva sem a função dirigente do partido marxista-leninista, fator subjetivo

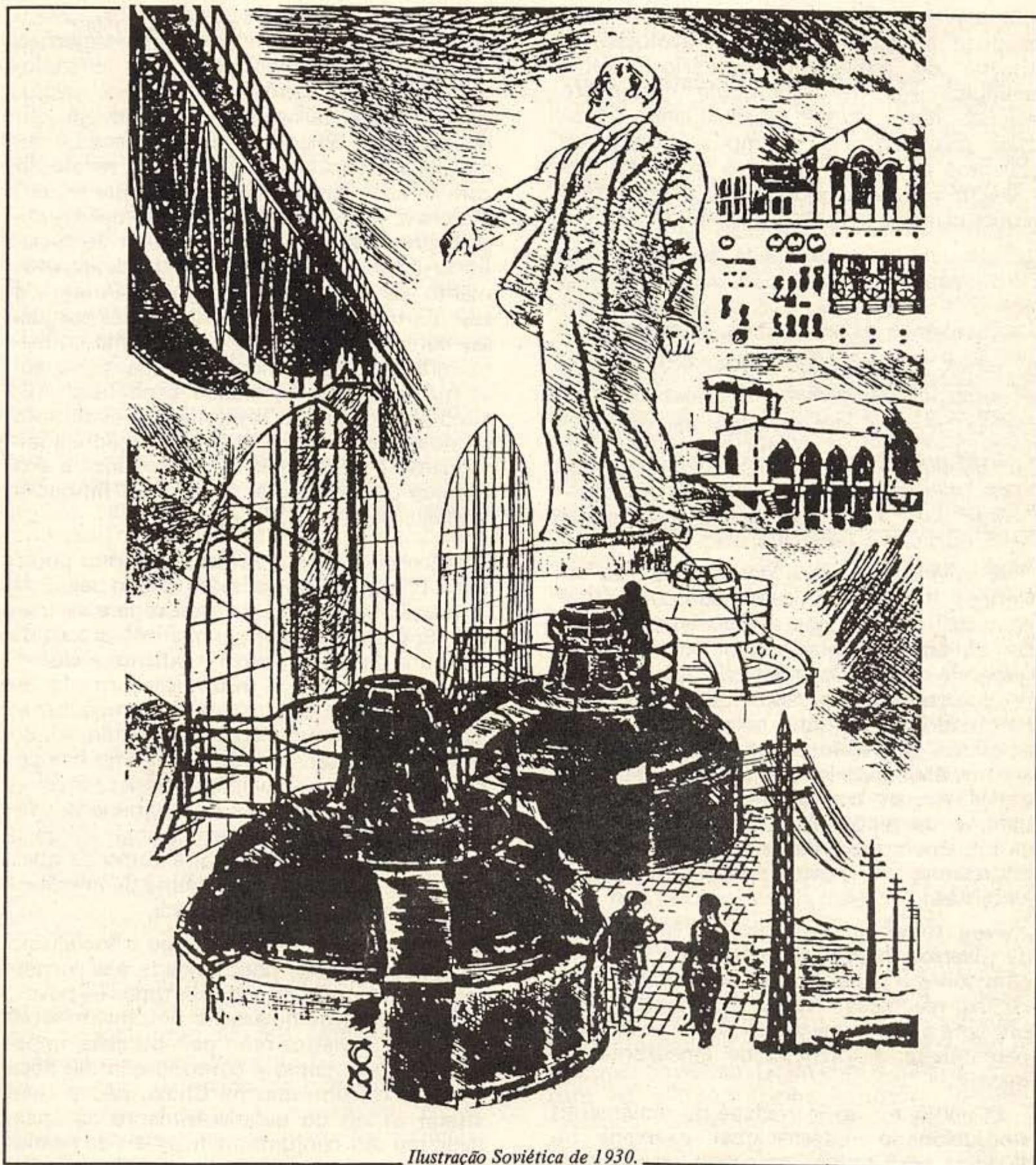


Ilustração Soviética de 1930.

primordial. A experiência indica que, nas condições em que existam os fatores objetivos e a situação revolucionária esteja madura, o papel do fator subjetivo é decisivo para o êxito da revolução. Além disso, os marxistas-leninistas não dissociam o fator objetivo do fator subjetivo nem os consideram como algo que suceda um ao outro; entendem estes dois fatores em estreita relação dialética entre si.

Nesta relação, o fator subjetivo representa diretamente destacado papel no amadurecimento da situação revolucionária, do mesmo modo que o fator objetivo aumenta a possibilidade do reforçamento do fator subjetivo. Se o partido do proletariado esperasse surgir previamente a situação revolucionária a fim de dedicar-se ao trabalho de preparar as condições subjetivas, demoraria a aproveitar a situação revolucionária favorável, não

estaria preparado no momento preciso para conduzir a grande batalha da revolução. A história do movimento operário registra exemplos negativos desta índole. Justamente por isso, nas condições atuais, quando o processo revolucionário se amplia e corrói os cimentos do velho regime, a burguesia e o revisionismo contemporâneo concentram seus golpes principais no fator subjetivo.

“Se não se recorre à força para derrubá-las, as classes dominantes não abandonarão voluntariamente a cena histórica, mesmo nos períodos das crises mais profundas.”

A atividade de sapa dos revisionistas soviéticos, iugoslavos, chineses, eurocomunistas etc., sucitou não pouca desorientação, em consequência do que o fator subjetivo não respondeu ainda, como devia, às situações revolucionárias explosivas que apareceram no mundo. No entanto, no processo da luta de classes vem se fortalecendo cada vez mais a consciência revolucionária do proletariado e das amplas massas trabalhadoras, acentuam-se as tendências do seu afastamento da influência social-democrata e revisionista, reforçam-se os novos partidos marxistas-leninistas.

Para minar a revolução, os revisionistas de diversos matizes entregam-se a especulações sobre o papel que o fator externo jogaria na revolução. Nestas especulações está presente a subestimação do elemento interno, patenteia-se a intenção de amedrontar as massas.

O apoio e a solidariedade do movimento revolucionário internacional exercem influência positiva nos processos revolucionários em cada país. Criam condições, possibilidades favoráveis ao desenvolvimento e ao triunfo da revolução. É, porém, o fator interno, são as forças revolucionárias de cada país, ao explorar essas condições, que transformam tais possibilidades em realidade.

Uma das condições indispensáveis à vitória da revolução é o recurso à violência revolucionária das massas. Os marxistas-leninistas realizam uma luta intransigente contra os revisionistas contemporâneos que vêm na

“via pacífica”, “democrática”, “parlamentar”, a única possibilidade de passagem ao socialismo. Santiago Carrillo, por exemplo, diz que hoje já não se pode falar da revolução violenta, tal como o faziam em seu tempo Marx, Engels e especialmente Lênin, os quais “vinculavam a idéia da revolução com a violência revolucionária”. Berlinguer, Marchais e outros afirmam que nas condições presentes só se poderá chegar ao socialismo através de reformas e do desenvolvimento da democracia burguesa. Porém “a tese da democracia e das liberdades burguesas como caminho para o socialismo constitui grande fraude dirigida às massas, o envernizamento da sociedade capitalista” (E. Hoxha). No mundo capitalista e revisionista de nossos dias, a tendência geral não é a salvaguarda e a extensão das liberdades e dos direitos democráticos, mas a sua limitação e anulação.

Ao proletariado e às amplas massas populares não resta outra saída a não ser a da revolução violenta, a da derrocada e destruição do Estado burguês, com a instauração da ditadura do proletariado mediante a violência revolucionária, a insurreição armada. Se não se recorre à força para derrubá-las, as classes dominantes não abandonarão voluntariamente a cena histórica, mesmo nos períodos das crises mais profundas. Precisamente esta realidade e esta experiência fazem da revolução violenta uma lei geral tanto da revolução proletária como de qualquer revolução verdadeiramente democrática e de libertação, antiimperialista.

Vivemos uma época em que o socialismo conquistou grande popularidade e se converteu em aspiração ardente de todos os povos. A traição Kruschovista e a transformação da União Soviética num país burguês, imperialista, assim como a consolidação das posições do revisionismo na China, não podem alterar as leis do desenvolvimento da sociedade em seu conjunto, nem as leis da revolução. O porvir pertence aos povos, pertence ao comunismo. Por esse futuro, para prepará-lo, trabalham e lutam audazmente o proletariado e os partidos marxistas-leninistas em todo o mundo. “O marxismo-leninismo e seus princípios imortais devidamente aplicados — disse Enver Hoxha — trarão inevitavelmente consigo a destruição do capitalismo mundial e a vitória da ditadura do proletariado, por meio da qual a classe operária edificará o socialismo e marchará para o comunismo.”

Folclore e Música Popular

Giovanni Escorza

A influência americana e europeia nas artes e, em particular na música, fazem parte da dominação imperialista. Neste artigo, se analisa o papel da música popular e do folclore e sua ligação com a ideologia.

Nos últimos anos, no Equador, vem-se desenvolvendo uma tendência, relativa à música, que tem por fonte alguns movimentos surgidos no Chile, Uruguai, Argentina e Brasil, fundamentalmente, e que se localiza no denominado canto popular, cuja concepção é a de desenvolver uma música, um canto diretamente comprometido com o povo, que tome dele as formas de expressão, sintetize suas necessidades e apresente soluções ou alternativas coerentes com a sua luta. O canto popular é o canto para a liberdade, é o canto no qual floresce a nova concepção do mundo, é o canto que permite que as massas se eduquem através da própria voz e da própria experiência.

Essa tendência parte da necessidade de resistir às alternativas musicais apresentadas pela burguesia, tanto na música popular como no folclore do nosso país (carregadas de pessimismo, de desdém, de indiferença, de fatalismo etc.) e de acentuar o caráter realmente nacional e popular da música equatoriana frente aos ataques que sofre devido à penetração musical de potências estrangeiras, servindo dessa maneira como eficaz instrumento democrático e antiimperialista.

No entanto, torna-se necessário responder a algumas incógnitas que devem ser resolvidas do ponto de vista teórico, e da sua própria prática (desenvolvimento da criação):

— O canto popular ou a música popular deve recolher e resgatar o folclore como seu



Revista equatoriana Diablohuma

ponto de partida?

— Se partirmos do fato de que a música está diretamente ligada à ideologia, acaso não estaremos transformando com isso o canto popular em um panfleto ou simplesmente em palavras-de-ordem?

— Que papel desempenham as contribuições musicais de outros países?

— Que representa o cosmopolitismo ou o universalismo na música popular?

— Como julgamos que deve ser resolvido o problema conteúdo-forma na produção musical de nosso país?

O homem, desde os seus primórdios, tem procurado incessantemente satisfazer suas necessidades materiais, através da obtenção de bens que o ajudem a subsistir; seu papel

(*) Artigo publicado na revista equatoriana *Diablohuma* nº 1 - junho de 1981 - Quito.

transformador e imenso poder criativo permitem-lhe dominar progressivamente a natureza e seus fenômenos. Em meio a esse processo descobre, tanto em seu ser, como em tudo o que o rodeia, uma multiplicidade de qualidades sonoras, que vai incorporando à sua vida, ou seja, à vida da sociedade na qual se desenvolve. Estes elementos sonoros, estes elementos "musicais", participam em uníssono com o processo produtivo, e, dessa forma, sua existência está sujeita a um modo de produção característico de determinada época histórica. Se a música estava tão ligada à vida, necessariamente sua função também a ela se vinculava (a religião e seus rituais, a guerra, a sementeira e a colheita, a caça etc.), tudo isto no âmbito da expressão social ou coletiva, o que evita a apropriação individual ou privada deste "bem comum" — pelo menos em determinados períodos históricos.

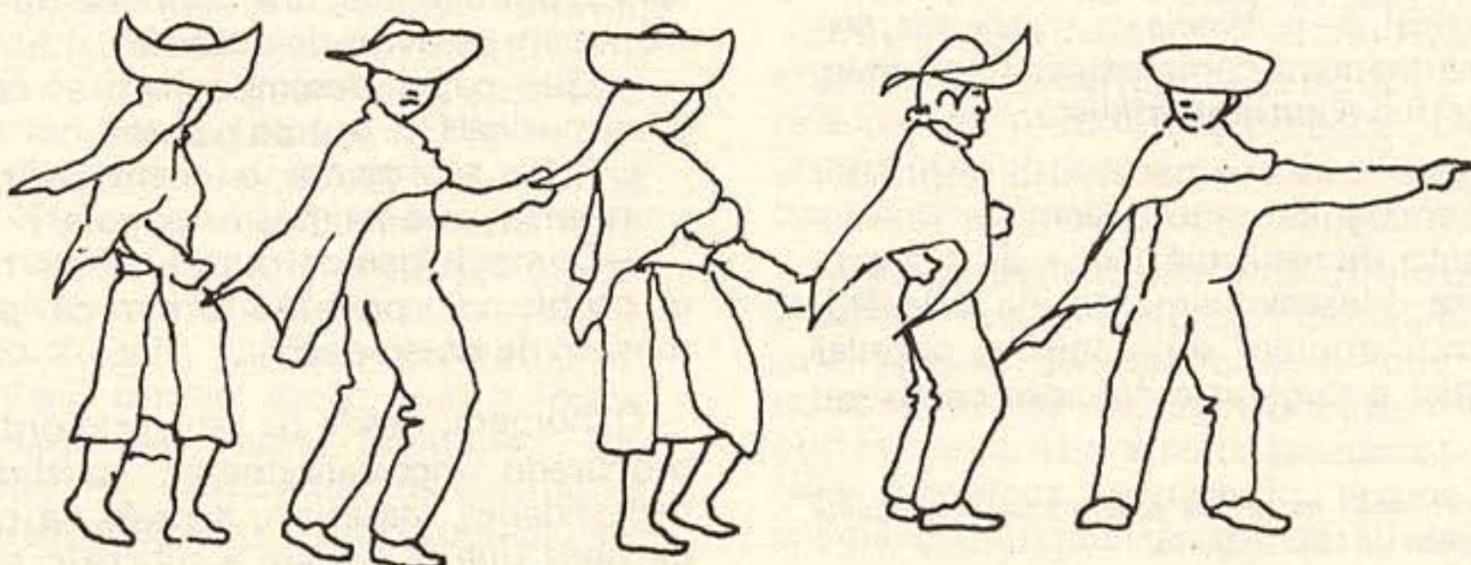
O surgimento do termo "folclore" (folk: povo; lore: saber) faz justamente referência a esta bagagem de conhecimentos populares, à sua sabedoria, tradições, costumes etc., com um caráter eminentemente anônimo e que, correspondendo às primeiras etapas do desenvolvimento humano, se situam como ponto de partida do que constituirá a música popular, ou seja, "como evolução de suas formas originais à margem de influências externas ou limitadas por estas".

Esse processo sofrido pela música (em função de desenvolvimentos específicos) se produz em toda a humanidade; também na América, partindo de suas raízes folclóricas, pode-se constatar a influência da diversidade de elementos que têm enriquecido seu panorama musical, a tal ponto que na América pós-colombiana é muito difícil falar de "folclore puro" (a não ser em certas tribos

do Amazonas e do Orinoco, cujo modo de produção principal nos explica a ausência de elementos de aculturação). Cabe então falar de elementos vindos com a conquista — espanhóis ou portugueses —, ou com a chegada de escravos negros da África e, por último, pelas migrações européias registradas em certos pontos de nosso Continente.

No Equador, é importante descobrir a presença de três elementos: o aborígine, que determina a existência e o surgimento do folclore como tal; o espanhol, que produz a "mestiçagem" musical e origina a influência da cultura européia; e o negro, que em seu novo meio geográfico desenvolve o próprio folclore e, por sua vez, contribui para o sincretismo musical.

As formas musicais folclóricas e sua organologia nos permitem situá-las historicamente dentro do comunitarismo primitivo e do escravismo (com base em descobertas arqueológicas, estudos etnográficos, filológicos etc., do Equador pré-colombiano), pois tanto as escalas utilizadas (de dois, três ou cinco sons) como os instrumentos (de percussão ou sopro) pertencem a esses graus de desenvolvimento social. Nossas formas musicais pré-colombianas como o *yaraví*, comuns em todos os países andinos, que depois se transformariam no *triste* e na *tonada* da Argentina e do Chile, respectivamente; o *yumbo*, o *danzante* e o *san juanito* (nomes dados pelos espanhóis) não mantêm suas formas originais, tanto pelos motivos apontados anteriormente (evolução e "mestiçagem") como pela falta de uma linguagem musical que nos permita conhecê-las com fidelidade. A isto se incorporaram os elementos espanhóis, em seu conteúdo (religioso, melancólico) e em sua forma (escala de sete sons, harmonia européia etc.).



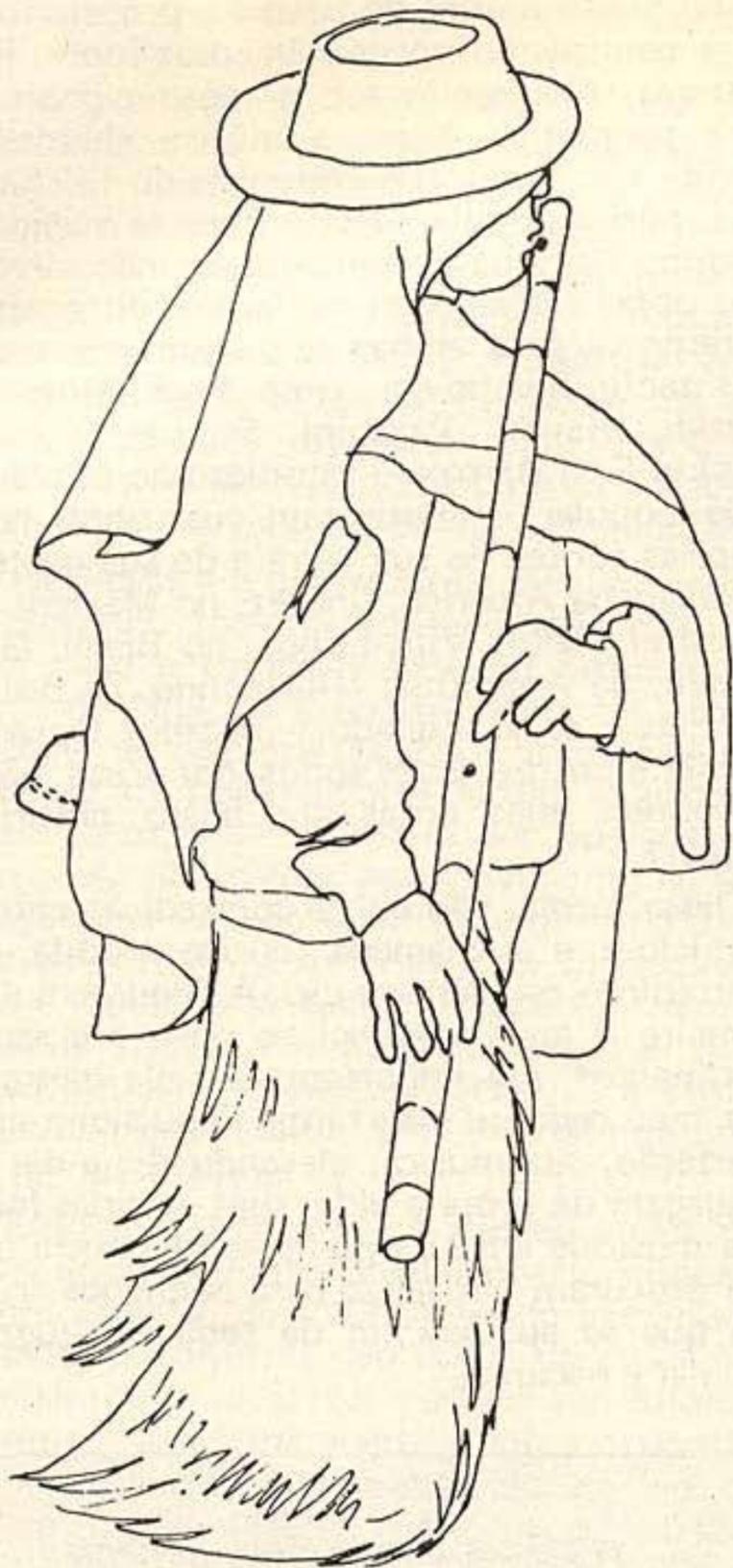


Ilustração da revista equatoriana Diablohuma.

A luta empreendida por duas culturas diversas, correspondentes a graus de desenvolvimento social antagônicos, onde uma tenta impor a ferro e fogo seu deus e seu idioma, seus costumes e ideologias, e a outra procura manter e defender sua terra, seus deuses e sua cultura, traz como consequência um singular processo de "mestiçagem", de cruzamento, no qual a assimilação mútua cria um novo tipo de homem e de cultura — música — que adotando particularidades específicas de acordo com o lugar onde se desenvolve e nos quais posteriormente se formarão as diversas nações da nossa América. Mas nesta luta também se inscreve a contribuição africana, dotando o cancionário ameri-

cano de novos elementos. Assim, temos o son, guajira, rumba, corrido, vals, joropo, pasillo, pasacalle, bambuco, cumbia, marineras, cuecas, bailecitos, zambas, vidalas, bagualas, candombes, chamarritas etc., como frutos exuberantes, como magistral riqueza gerada no ventre da nossa América.

No Equador, vemos num florescer inúmeras formas musicais mestiças, que surgem com novo colorido, e outras que, embora expressem o sentimento espanhol, trazem internamente a essência do homem da nossa terra: albazzo, pasillo, aire típico, tonada, pasacalle, alza etc., são algumas mostras deste florescer. Também a influência africana se faz presente, sobretudo em Esmeraldas, onde o meio geográfico coadjuva a adaptação da população negra. Alí surgem o arrulo, andarele, corrido, currulao etc., e, no interior do país, a bomba (posterior aos primeiros). Suas características musicais como a síncopa, polirritmia e melodias cromatizadas são recursos influentes nesta convergência cultural-musical equatoriana.

Como dissemos, no início a música constituía um "bem comum". Com a vinda dos espanhóis, começa a gestar-se uma apropriação das manifestações culturais, tanto as chegadas da Espanha como as nativas (que foram reprimidas e usadas para seus fins particulares, especialmente religiosos). Dessa forma, o papel da música coletiva é transformado em elitista e de classe. Surgem dois tipos de música: uma erudita e religiosa para "os grandes senhores e cavalheiros espanhóis", e outra profana, popular ou "inculta" dos índios, mestiços, negros e espanhóis caídos na miséria.

Os que possuíam as riquezas, terras e títulos tinham ao alcance o mais refinado e culto da música européia, chegando-lhes o solfejo e a teoria musical, a harmonia e o contraponto por intermédio de padres e professores especializados. No entanto, isto os converte em elementos estranhos ao processo social que se evidenciava. Em contradição, os setores oprimidos usam a música como um elemento vivo, que lhes permite expressar sua razão de ser, manifestar seus problemas; produzem assim um tipo diferente e único de música ligada à sua vida, às suas tristezas e alegrias, a seus anseios e esperanças.

Quanto mais se aprofunda o processo de mestiçagem, mais avança o desejo de independência e, à medida que os colonizadores vão perdendo influência, os setores oprimidos e progressistas da nova América desen-

volvem e imprimem com maior forças sua identidade, através de manifestações próprias de cada região. Apesar disso, embora a independência tenha permitido a libertação das colônias da dominação peninsular, proporcionando maior autonomia a muitos setores da sociedade, os novos donos, os **criolos** americanos, utilizam os mesmos sistemas de exploração para exercerem a autoridade e difundirem sua ideologia. Os beneficiários da independência passam a ser proprietários da terra e de toda a riqueza, e, junto com isto, monopolizam tanto a música erudita européia como a música popular e o folclore do novo mundo para colocá-los a seu serviço.

“... não existe contradição entre o folclore e a chamada música erudita, a contradição está em seu uso. A linguagem do primeiro é mais acessível ao povo e a seus sentimentos...”

De 1930 até a década de 60, a música no Equador tem sofrido uma visível deterioração ou estagnação, algo que não ocorre nas artes plásticas e muito menos na literatura.

Evidencia-se a existência de padrões musicais carregados de amargura, de passividade, de uma errônea compreensão popular — populismo — deixando de lado os valores mais positivos de nosso povo, como a rebeldia, o desejo de liberdade, a alegria etc. Este contraste músico-social provoca a fuga da juventude para as alternativas oferecidas pelo imperialismo, em função de seu caráter neocolonialista, incentivando-se a popularização do charleston, hustle, foxtrot, jazz, que, junto ao bolero e a um romantismo insosso, marcaram uma época. Depois sobrevirá a influência dos Beatles e com eles a do rock e de outras formas musicais alienantes, até as que conhecemos na atualidade.

Compositores, como Paredes Herrera, Cueva Celi, Rubira Infante, Safadi, Ibañez Mora, Valencia, Uquillas, etc., embora tenham contribuído em alguma medida para o cancionero nacional, permaneceram, entretanto, na tendência tradicional da época.

Esse fato permite que novamente os movimentos musicais vivam e se desenvolvam em um novo campo de batalha, em um cam-

po no qual a música do povo e o próprio folclore conhecerão novas e imensas fontes de riquezas. Analisando sob o mesmo prisma, cabe perguntar: Acaso a música chamada erudita não surgiu das entranhas do folclore e da música popular? Porventura os músicos eruditos de toda a humanidade não viram suas obras florescerem no jardim do povo? A resposta para ambas as perguntas é sim, pois tanto Beethoven como Bach, Mozart, Vivaldi, Haydn, Paganini, Strauss, Tchaikovsky, Bela Bártok — estudioso do folclore e do popular — motivaram suas obras nas próprias fontes de sua terra e de sua gente. Também na América: Chávez, no México; o magistral Heitor Villa-Lobos, no Brasil; Ginastera, na Argentina; Villalpando, na Bolívia etc., e no Equador: Salgado, Durán, Bonilla e outros. Estes todos, por acaso, não descobrem suas notas em nosso próprio mundo?

Dessa forma, não existe contradição entre o folclore e a chamada música erudita, a contradição está em seu uso. A linguagem do primeiro é mais acessível ao povo e a seus sentimentos, e é importante ser ele mesmo que, mais cedo ou mais tarde, impulse sua libertação, sua música, elevando dia a dia a linguagem da própria vida, suas próprias formas musicais em luta permanente contra os que procuram elitizá-las para pequenos grupos que se apoderaram de toda a riqueza popular e nacional.

“... as classes dominantes, juntamente com o imperialismo, procuram quebrar e destruir a identidade cultural de nossa nação e do povo, acabar com seus costumes, tradições, cultura...”

A música no Equador registra um desenvolvimento dialético e em seu caminho tem sustentado e sustenta ainda fortes lutas. Por esse motivo, necessitamos identificar-mos e, mais ainda, definirmo-nos com relação a ela e a sua tendência. Somos partidários do resgate da defesa do folclore, acreditamos na necessidade de elevar nossos valores vernaculares, em conjunto com o resgate e o desenvolvimento da música e do canto popular, situando-os historicamente no momento em que vivemos, dando-lhes maior consistência, vitalidade, agilidade e força, recriando-os, tudo

isto em meio a uma concreta e honesta participação popular.

A situação de nosso país tem variado consideravelmente na base e na superestrutura, ou seja, ao passar de um estado semicolonial e semifeudal ao de dependente do imperialismo, capitalista atrasado e com resquícios feudais, também a educação, as leis, a religião etc., e suas instituições — e portanto também a cultura — sofreram mudanças profundas. Agora as classes dominantes, juntamente com o imperialismo, procuram quebrar e destruir a identidade cultural de nossa nação e do povo, acabar com seus costumes, tradições, cultura, para colocar em seu lugar outras formas que possam ser manipuladas em seu benefício. Trata-se, portanto, de facilitar seu caminho de exploração montando um grande sistema de alienação ideológica, muito sutil e sofisticado, onde, sob argumentos de uma visão cosmopolita do mundo, da suposta integração de todos os povos em uma cultura universal, única, pretextando que a economia e a cultura, tal como a ciência, a técnica, a arte, não têm identidade nacional, as classes dominantes pretendem desenvolver uma cultura informe e servil, antidemocrática e à margem de nossa realidade e de nossa história.

Assim observamos como na música se produzem processos degenerativos, alienantes, ao mesmo tempo em que o formalismo e o mercantilismo são promovidos. O rock, a discoteca, o travoltismo etc., correspondem a esquemas preconcebidos, dirigidos a estruturar e manter uma juventude apática, apolítica, sem inquietações, que se lance à droga, que não se proponha à construção de um novo Equador de liberdade, que não defenda a nação e seus valores. Também se procura utilizar o folclore e a música popular para colocá-los a seu serviço, tirar-lhes seu papel combativo e realista e seu natural desenvolvimento dialético. Atualmente tenta-se transformá-los em elementos mercantis e conservadores. Proliferam os chamados grupos "folclóricos" ou de "canção de protesto": abriram-se inúmeras *peñas* que, em grande parte, são locais comercializados onde a burguesia se diverte. Hoje, ser "folclorista" ou "cantor de protesto" é estar na moda, e é aqui que nós delimitamos os campos entre o que significa o verdadeiro folclore, a música e o canto populares e esta tendência degenerativa dos mesmos.

O denominado FOLCLORE PROGRESSIVO, que nada tem de folclore, nem no

conteúdo e nem na forma, não é nada mais que parte de toda esta aparelhagem de penetração ideológica, na qual, a pretexto da liberdade na arte e na criação, a pretexto da arte pela arte, se faz presente uma corrente escapista que, partindo de elementos musicais populares e do folclore, termina por utilizar experiências eletrônicas muito semelhantes a algumas usadas no rock. Este tipo de linguagem musical não tem nada em comum com a nossa vida cotidiana, com os anseios e as necessidades de nosso povo e nossa gente e, o que é pior, propõe à juventude a busca de "experiências" novas, muito ligadas aos alucinógenos. Nada mais ridículo que falar de *sanjuanitos* e *pasillos* progressivos, quando a verdade é que são produtos degenerativos.

Embora algumas dessas manifestações sejam facilmente identificáveis, há outras mais perniciosas e difíceis de serem desmascaradas, por sua aparente posição democrática e antiimperialista. O que atualmente se denomina "a Nova Canção Equatoriana", ou "Nova Música Equatoriana", como se chamara de início, surge à base da necessidade de o povo expressar-se e exprimir seus anseios de liberdade.

"... a 'Nova Canção Equatoriana', ou 'Nova Música Equatoriana', como se chamara de início, surge à base da necessidade de o povo expressar e exprimir seus anseios de liberdade."

A influência positiva chegada de outros países americanos é imensa e rica em experiências. Atahualpa Yupanqui, Horacio Guarani, Cafrune, Larralde e outros na Argentina; Violeta Parra, Víctor Jara, Luiz Advis, Carrasco etc., no Chile; Zitarrosa, Daniel Viglietti, Palacios etc., no Uruguai; Chico Buarque de Holanda e Vinícios de Moraes, no Brasil; todos estes não apenas resgataram o folclore de seus respectivos países, mas também desenvolveram a música popular a níveis francamente superiores, uma vez que criaram canções cuja forma não tem uma plena identificação nacional, mas apontam para a libertação de nossos povos.

Se analisarmos detidamente este proble-



Ilustração da revista equatoriana Diablohuma.

ma, vamos ver que em nosso país também surge a necessidade de resgatar nosso folclore e o caráter popular de nossa música, desenvolvendo-os. O trabalho realizado pelo grupo "Jatari" inicialmente caminha nessa direção, mas em seguida vai-se estagnando na repetição do já existente em nosso folclore e em nossa música popular e na simples busca de propostas técnicas e formais à margem do conteúdo. O movimento cultural Novembro 15 consegue situar com maior clareza o problema do conteúdo-forma em nossa música, isto é: resgatar o fol-

lore, desenvolver a música popular em função das necessidades históricas do nosso povo. Lamentavelmente, seu trabalho não se manteve no mesmo ritmo. O grupo Ilumán tem desenvolvido um trabalho de aperfeiçoamento técnico, procurando sua realização na interpretação da música clássica européia. O grupo Taller de Música, da mesma forma, efetua trabalhos de pesquisa através do IADAP, mas não apresenta alternativas concretas nem quanto à forma, nem quanto ao conteúdo. O grupo Pueblo Nuevo, diretamente ligado à Casa da Cultura e agora expoente oficial do governo nesse campo, leva adiante uma campanha de divulgação do que seus integrantes denominam de "novo cantar equatoriano", que na prática e através da sua produção não pode ser definido como tal, já que ao situar-se à margem do desenvolvimento musical de nosso país, ao utilizar elementos característicos de outros países, coloca-se conscientemente no plano dos que desejam a perda da identidade nacional, de seus valores e costumes e, o mais importante, do anseio de todo um povo que deseja contribuir para a cultura universal acentuando cada vez mais o caráter nacional de sua própria cultura, o que, embora seja redundante, é uma luta contra a penetração ideológica de qualquer potência estrangeira, contra a utilização de elementos a favor da política das classes dominantes, e pela busca da libertação de nosso povo.

No parágrafo anterior, expressamos a ligação do conteúdo e da forma na produção musical dos grupos apontados como exemplo. Acreditamos que a unidade conteúdo-forma é uma unidade dialética, ou seja, que ambos se interrelacionam. Enquanto o conteúdo está em função direta das necessidades históricas dos povos, as formas, que partem das raízes, que expressam o caráter nacional, servem para refletir mais e melhor este conteúdo. Conteúdos e formas são variáveis, cambiantes, evoluem à medida que transcorre o tempo, e cada nova etapa é qualitativa e quantitativamente superior à anterior.

A música e a canção equatorianas se desenvolverão de suas atuais formas até atingir os níveis que o povo requer e exige. Este é um trabalho que compete a todos os músicos equatorianos que se coloquem ao lado dos interesses de nosso povo e de sua história. No processo, ir-se-á desenvolvendo a nova canção equatoriana, participando, contribuindo para a cultura universal forjada pelos povos.

Dinâmica do Folclore

Édison Carneiro

Dinâmica do Folclore é uma excelente obra de Édison Carneiro, escrita em 1950, debatendo assunto da maior importância no estudo do verdadeiro conceito de folclore e de sua correta interpretação. O autor foi professor dessa matéria na Biblioteca Nacional e era conhecido no nosso Continente e na Europa.

O inadequado dos conceitos do tradicional e do popular no folclore leva freqüentemente o pesquisador a situações muito embaraçosas. Como considerar tradicional a diversão coletiva que transmite a opinião popular sobre fatos do dia, numa constante readaptação às novas formas assumidas pela sociedade? Ou, ainda, como considerar tradicional o dado folclórico que, nascido de certas condições sociais, permanece, ao mesmo tempo que permanecem, inalteradas, essas condições? A riqueza de imaginação, a força criadora e a sede de justiça do povo não pesam no balanço geral, para os tratadistas. O povo é apenas um depositário de tradições. . . Mais curiosa, e às vezes mesmo ridícula, é a caracterização do popular no folclore. Figura-se o povo, não numa situação transitória, mas em repouso. Ora, se encararmos o folclore na sua dinâmica, veremos que os fenômenos do popular têm, não apenas a marca do passado, mas o sinal do presente — e do futuro.

Este ponto de vista pode ser provado com exemplos tomados a folguedos populares brasileiros.

O CONCEITO DE TRADICIONAL

1

A despeito dos progressos científicos de todo um século, continua a ser muito cara aos exegetas dos fatos folclóricos uma espécie de limitação do folclore ao antigo, ao arcaico, ao tradicional.

Ainda não ultrapassamos, na prática, o *traditional learning* de William John Thoms. Podemos dizer que, em geral, ainda conce-



Édison Carneiro

bemos o folclore como o estudo das "antiguidades populares", como o fazia a escola francesa, ou das sobrevivências, na sociedade moderna, de "crenças, costumes e tradições arcaicos", como queria Sir Laurence Gomme; que ainda o consideramos a "ciência da tradição", repetindo Hartland, Sébillot e tantos outros; que estamos dispostos a aceitar como "resíduos" de costumes antigos, como dizia Vilfredo Pareto, ou como "tes-

temunhos e exemplos de um antigo estado moral e intelectual", como as definiu Tylor, as formas de expressão características das camadas populares.

"... o folclore, para os tratadistas, constitui apenas um fenômeno secundário, uma reminiscência destinada a desaparecer (...). No máximo, atribuem-lhe a função de 'revigorante da cultura'..."

Contra esta passividade do tradicional tomaram posição, entre outros, Augusto Raul Cortazar, Iuri Sokolov e os folcloristas soviéticos em geral e Ruth Benedict. Saintyves mesmo chegou a aproximar-se de uma concepção dinâmica do folclore, mas não soube tirar das suas observações as lições que podia.

Ainda assim, e apesar dessas vozes discordantes, o folclore, para os tratadistas, constitui apenas um fenômeno secundário, uma reminiscência destinada a desaparecer... No máximo, atribuem-lhe a função de "revigorante da cultura" (Haddon) ou de pista para o estudo de usos e costumes do passado. Parece muito cômoda, muito conveniente, esta concepção parada, estática, imóvel, do folclore.

Resta saber se concorda com a realidade.

2

Contentam-se os tratadistas com a verificação de que somente o **vulgus** ainda tem fé nas tradições e nos costumes antigos, esquecendo, talvez deliberadamente, uma indagação fundamental — a de por que sobrevivem essas formas que consideram arcaicas.

Se esta indagação não lhes ocorre, podemos atribuir este fato a duas causas principais — o desconhecimento da maneira por que funciona a sociedade em que vivemos e, em consequência, o desconhecimento da dialética social. São causas conexas, portanto. Os tratadistas, com efeito, argumentam considerando a sociedade moderna tal como está, levando em conta, certamente, o seu nascimento e o seu desenvolvimento, que já fazem parte da história, mas admitem, por omissão, que esta sociedade permaneça para sempre, sem jamais ceder lugar a outras formas de organização da vida humana. Daí

que, por vários motivos, alguns de ordem política, preferiram conceber a sociedade humana, e muito especialmente a sociedade burguesa, em repouso e em equilíbrio. Nesta perspectiva o folclore tem de ser, naturalmente, passivo — uma simples recordação de tempos e costumes já superados.

Se, porém, ao mesmo tempo que fazemos a pesquisa folclórica, aprofundamos a análise da sociedade, de que o folclore é uma das expressões mais significativas, notaremos a permanência de condições gerais, econômicas, sociais e políticas, que favorecem a sobrevivência das concepções, usos e costumes de que se nutre o folclore. Com efeito, as formas folclóricas correspondem a determinadas formas sociais e se modificam ou desaparecem de acordo com esta correspondência. O folclore faz parte da superestrutura ideológica da sociedade, embora seja a camada mais inferior dessa superestrutura.

"Ninguém se animou ainda a negar o valor funcional do folclore. Ora, as funções sociais que preenche o folclore são a negação mais cabal da passividade com que o caracterizam os tratadistas."

Ninguém se animou ainda a negar o valor funcional do folclore. Ora, as funções sociais que preenche o folclore são a negação mais cabal da passividade com que o caracterizam os tratadistas.

3

Tomamos como ponto de referência a cultura burguesa quando consideramos antigo, arcaico ou tradicional o dado folclórico.

Embora saibamos que a ciência do folclore, nascida nos anos de esplendor da sociedade burguesa, não tinha outra alternativa, devido, como salientou Artur Ramos, ao acentuado etnocentrismo do europeu, sabemos também que, empenhada na discussão dos aspectos particulares da cultura que caíam sob o seu domínio, esta nova ciência descurou a observação e o estudo da cultura geral. De maneira que a cultura burguesa, como ponto de referência, passou a ser, não a cultura burguesa num determinado momento da sua evolução, mas uma cultura burguesa ideal, que historicamente não existe em parte alguma. O dado folclórico se



explica em função da cultura burguesa, mas exatamente em que estágio do seu desenvolvimento? Os tratadistas, incapazes de ver a sociedade em movimento, perderam de vista a circunstância de que essa cultura burguesa pode dominar apenas em alguns pontos do território nacional ou ser apenas uma cultura de fachada ou de cúpula, que nem mesmo atinge uma percentagem ponderável da camada social que se encontra no Poder e, portanto, na posse dos meios com que se educar.

Se, por exemplo, as manifestações coletivas do folclore se verificam no litoral paraense, no interior da Paraíba, no Recôncavo baiano, zonas de notório atraso econômico, de pobreza crônica do povo, de condições pré-capitalistas de existência, como considerá-las tradicionais, se correspondem, exatamente, às condições do ambiente? Parece muito significativo que o bumba-meu-boi se registre em localidades não pecuárias, que dependem de outros centros para o seu abastecimento de carne, o que transforma o boi num bem inestimável, ou que as congadas tenham lugar em regiões cobertas por latifúndios, de lavoura e criação rudimentares, em que o trabalhador está à mercê do senhor de terras, como o escravo de outrora. Haverá muito poucos, entre participantes e circunstantes, que se valham ou se beneficiem da cultura burguesa. Este é o caso, por exemplo, do mutirão. Com que direito pode-

remos considerar tradicionais, em relação à cultura burguesa, fenômeno desconhecido na sua área, estas formas populares de expressão?

Tomemos outros exemplos. Ortodoxamente, as cheganças sobreviveriam às condições gerais que lhes deram causa. Ora, estas diversões são hoje quase exclusivamente diversões de pescadores, em pequenas aldeias do litoral em que os tipos de barco e a segurança contra as incertezas do mar são os mais primitivos, os mais aproximados do século XVI. Teoricamente, também, o bumba-meu-boi e as congadas estariam ultrapassados. Poderemos, em sã consciência, dizer que se tenham alterado substancialmente as condições quase feudais em que sempre se desenvolveram a agricultura e a pecuária brasileiras, fonte do bumba-meu-boi, ou o caráter oligárquico do Estado nacional, responsável, em grande parte, pelas congadas?

"... o folclore não deve ser separado do conjunto da cultura de que é um dos elementos" — da cultura particular, nacional ou regional, e não da cultura burguesa ideal."

Tylor dizia que a "civilização" — referia-se, evidentemente, à cultura burguesa, já que o conceito de civilização é um conceito burguês — "é uma planta muito mais propagada do que desenvolvida". Com efeito, até que ponto, ou a partir de que ponto, podemos considerar "civilizada" uma determinada sociedade? Até onde a parte da sociedade que dispõe dos meios de se educar conhece e utiliza, habitualmente, os benefícios da cultura burguesa? Até que ponto as formas que consideramos tradicionais fazem parte da bagagem intelectual das camadas dominantes, que, do ponto de vista formal, deveriam ser as vanguardas da "civilização"? Há alguns anos, Ruth Benedict escreveu que o folclore, mais do que qualquer outro traço cultural, revela o precário e o recente (*recency*) das atitudes racionalistas dos modernos grupos urbanos — os filhos bem-amados da cultura burguesa.

Temos de concordar com Artur Ramos em que o folclore "não deve ser separado do conjunto da cultura de que é um dos elementos" — da cultura particular, nacional ou

regional, e não da cultura burguesa ideal.

4

Há, realmente, correspondência entre as formas de expressão populares, não eruditas, e as formas cultas — reflexo das diferenças de nível econômico, social e político entre as classes na sociedade.

Em todos os Estados baseados na divisão da sociedade em classes, a educação e a cultura são privilégio, e às vezes monopólio, das classes dominantes. As ciências, as letras e as artes são um luxo que só a riqueza pode dar. Entre nós, por exemplo, o recenseamento de 1940 encontrou 51,64% de analfabetos na população brasileira de mais de cinco anos, inclusive 26,31% entre os adultos. Sem recursos para se instruir, nem lazer para se educar, nada mais natural que o povo se valha de formas rudimentares de expressão que, embora atrasadas em relação à cultura oficialmente dominante, são as formas que presentemente se encontram ao seu alcance.

Lembremos Saintyves, que escreveu que o folclore "não teria mais lugar" num povo, se todos os indivíduos dispusessem de uma educação superior, que os libertasse de todos os preconceitos e superstições, acrescentando, porém, que "tais povos não existem ainda".

As formas que o folclore reveste são em geral formas já abandonadas pelas classes superiores — a quadra e a sextilha, o auto, a ronda. Este fato, origem de muitas confusões quanto ao caráter tradicional do folclore, decorre de duas causas principais — a lentidão com que se modifica a forma de expressão em relação àquilo que exprime e a circunstância de que os ideais da classe dominante foram, algum dia, os ideais de todo o povo, embora permaneçam apenas no seio dos setores politicamente mais atrasados.

5

O objeto do folclore nada tem de morto, parado ou imutável.

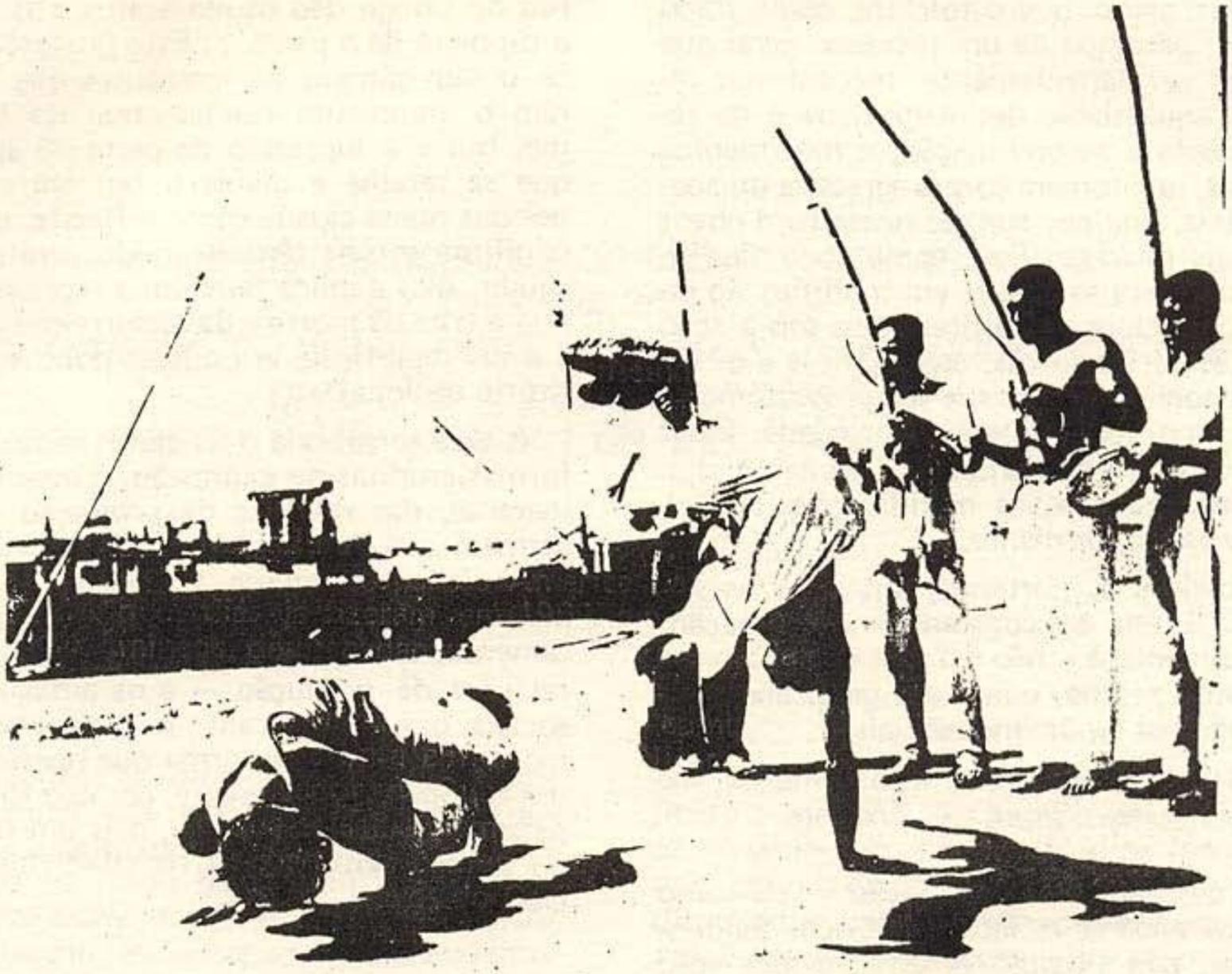
Os tratadistas já o haviam reconhecido, mas de maneira formal, admitindo somente como folclore as formas atuais de expressão popular — seja "o fato vivo, direto", de Van Genep, seja o "bem popular" de Ismael Moya. Quanto ao funcionamento interno do folclore, as teorias dos empréstimos de

Benfey e das transferências de Varagnac, processos aquisitivo e desintegrativo, não saíam da mecânica — eram os mesmos movimentos centrípeto e centrífugo da matéria. . . A teoria mais recente, que concebe o folclore como "um fenômeno social", portanto sujeito aos processos comuns a esses fenômenos, se deve a Boas e especialmente a Ruth Benedict. De acordo com esta nova concepção, o fato folclórico se individualiza no processo da sua incorporação à cultura local, processo que envolve a aceitação do pormenor cultural próprio à região, e, por outro lado, se desintegra e se recompõe ou recombina à medida que passa de uma a outra área, de um a outro povo. Os dois etnólogos, entretanto, não vão mais longe — nem saem da mecânica.

Com efeito, uma vez aceito pela cultura local o dado folclórico, que por sua vez teve de aceitar o pormenor cultural para ser aceito, que acontece? O processo não pára. As relações entre as formas populares, folclóricas, e as formas eruditas variarão de acordo com as flutuações específicas, quantitativas e qualitativas dos grupos na sociedade.

"Os reis do Congo, em moda sob a escravidão, que ainda hoje se podem encontrar em alguns pontos do território nacional. . . indicam a intromissão de elementos não populares, bem distanciada do vulgus, para desviar e corromper as diversões coletivas do povo."

Outros fatores entram no quadro geral, mas sujeitos ao mesmo processo dinâmico. Sabemos que o campo conserva melhor as formas de expressão e as diversões populares, expulsas paulatinamente da cidade pelo progresso econômico, social e político. Sabemos que as mulheres, e mais ainda as crianças, são as grandes disseminadoras do folclore. Sabemos que o ambiente geográfico local influi sobre o dado folclórico, seja limitando-o, seja acrescentando-lhe novos aspectos, seja modificando a sua fisionomia. Sabemos que a interferência do elemento semi-erudito — semi-alfabetizado ficaria melhor, no caso do Brasil — prejudica a espontaneidade da manifestação folclórica, tal como podemos ver nos bailes pastoris.



Capoeira de Angola – Bahia – Foto Marcel Gautherot.

As influências mais diversas atuam, realmente, sobre o fato folclórico, submetendo-o a uma série de processos em que a cada ação corresponde determinada reação. Estas influências, em sociedades embrionárias como a nossa, em que a estratificação das classes está consideravelmente atrasada, provêm das fontes mais diversas — além das fontes normais, as forças elementares da sociedade. Os reis do Congo, em moda sob a escravidão, que ainda hoje se podem encontrar em alguns pontos do território nacional, e as igrejas do Rosário dos Pretos, muitas delas ainda existentes — e destes pontos de partida vêm as congadas e as taiêras — indicam a intromissão de elementos não populares, bem distanciados do *vulgus*, para desviar e corromper as diversões coletivas do povo. O caso mais flagrante dessa interferência não popular parece ser o dos quilombos de Alagoas, que constituem uma advertência prévia contra os desejos de fuga dos escravos. Por este caminho se vai até a repressão oficial — seja para suprimir ou enquadrar em certos limites a diversão popular, seja para eliminar os

indivíduos empenhados na sua execução, na vã esperança de riscá-la da sociedade. Foi o que se deu, com certo êxito, com a capoeira de Angola.

Saintyves reconheceu a importância destas influências, quando advertiu: “A vida popular, . . . embora seja uma vida particular, é difusa em toda a vida civilizada. Não se deve considerá-la como uma atividade em compartimento estanque. Certamente, desenvolve-se no quadro constrigente da vida oficial, mas reage, por sua vez, sobre esta. . . O estudo das sociedades civilizadas requer. . . o estudo aprofundado do folclore, das maneiras por que o povo reage às sugestões que lhe são feitas, dos meios empregados para fazer com que as aceite, para criar nele novas maneiras de agir, de se divertir e de trabalhar, novos modos de crer e de pensar”. Falta, aqui, a outra face da medalha — as maneiras por que as camadas populares levam as classes dirigentes a tolerar e mesmo a aceitar e incorporar ao seu cabedal as formas de expressão que lhes são próprias.

Temos, assim, que o folclore, como traço cultural, participa de um processo geral que envolve, permanentemente, mecanismos internos, aquisitivos, desintegrativos e de recomposição e recombinação, e movimentos externos, que tomam forma agressiva ou acomodatória, que por sua vez ocasionam novos processos internos. Ora, como toda modificação na parte se traduz em modificação no todo, o folclore, modificando-se sob a ação geral das várias forças, espontâneas e dirigidas, da sociedade, por sua vez provoca modificações no todo, que é a sociedade. Estas modificações, resultantes do primeiro choque, produzem novas modificações no folclore, e assim por diante.

O folclore é, portanto, dinâmico na sua essência — está em constante transformação, dialeticamente é e não é o mesmo fenômeno ao mesmo tempo, como em geral acontece com todos os fenômenos sociais.

6

Em constante transformação — eis como devemos encarar o fato folclórico. Evidentemente, esta situação dinâmica supõe ação e reação, tanto no sentido vertical, entre a cúpula e a base, como no sentido horizontal, entre os elementos genuinamente interessados no folclore — um tipo de relação prática fundamental.

Estas ações e reações são recíprocas e simultâneas e sempre dão em resultado um terceiro produto, uma síntese, que, dependendo do vigor dos choques contrários, pode ser completamente diferente dos elementos que a formaram. O dado folclórico, pela sua simples existência, pode criar na sociedade oficial a tolerância ou a aversão, que, por sua vez, podem criar nas camadas populares a acomodação ao ponto de vista oficial ou a obstinação, o subterfúgio ou a suavização da diversão popular. Este jogo de influências modifica o folclore e a sociedade, num sentido que só a prática dirá se é melhor ou pior, se é superior ou inferior, se é progressista ou retrógrado, mas, num e noutro caso, em consequência de cada ação e de cada reação, o dado folclórico e a sociedade são e não são os mesmos ao mesmo tempo, pois novas ações e reações são provocadas pelas primeiras e, por sua vez, dão nascimento a outras... O processo dialético se desenvolve ao infinito. Através dele estão desaparecendo as congadas e se reafirma a capoeira de Angola ou surgem novos produtos, novas sínteses — os

reis do Congo dão os maracatus e os afoxés, a capoeira dá o passo... Este processo explica o sem-número de incidentes que mascaram o argumento fundamental do bumba-meu-boi e a supressão da parte do auto em que se retalha e divide o boi entre várias pessoas numa cidade como o Recife, onde os conflitos sociais têm assumido caráter bem agudo, mas explica também a representação nua e crua da morte e da ressurreição do boi, e a sua repartição, em outros pontos do território nacional.

A vida social cria o folclore, como cria as formas eruditas de expressão, à base da vida material, das relações de produção que se formam entre os homens — no nosso caso, na sociedade burguesa. O folclore e as formas eruditas exprimem, o primeiro empiricamente, as segundas cientificamente, essas relações de produção — e os antagonismos sociais que engendram. E esses antagonismos, seja qual for a forma que revistam, são um fenômeno do presente, como o foram do passado e serão do futuro, mas um fenômeno sempre novo, e não remotamente tradicional.

CONCLUSÕES

Em suma, os argumentos sugeridos pela melhor compreensão dos fenômenos folclóricos e, secundariamente, os exemplos citados nos autorizam a concluir que:

a) o folclore reflete, à sua maneira, as relações de produção criadas entre os homens e, em consequência, se modifica à medida que variam, na forma e na substância, essas relações;

b) esse processo é essencialmente dinâmico, dialético, produto de ações e reações recíprocas e simultâneas, e sobretudo permanentes, de maneira que o qualificativo de tradicional só pode ser aplicado às formas revestidas pelo folclore, já que o seu conteúdo se atualiza constantemente, por efeito dessas mesmas ações e reações;

c) por ser uma interpretação da sociedade e, por isso mesmo, um modo de influir sobre ela — uma atitude política — o folclore tem implicações no futuro, como instrumento rudimentar de reivindicação social.

Tais são os postulados fundamentais para uma dinâmica do folclore.

PUBLICAÇÕES DA EDITORA ANITA GARIBALDI

 <p>Princípios A Social-Democracia, Instrumento do Capitalismo</p> <p>COD. 101</p>	<p>PRINCÍPIOS: é uma revista trimestral que apresenta assuntos teóricos, políticos e de informação. Aborda, de maneira criadora, a pesquisa científica, particularmente no campo social e do movimento operário, bem como temas como a História, a crítica literária, o progresso da Humanidade e da sociedade brasileira.</p> <p>PREÇO: Cr\$ 250,00 Assinatura anual (4 números): Cr\$ 1.000,00 Exterior: US\$ 25.</p>	<p>FARABUNDO MARTÍ, HERÓI DO POVO DE EL SALVADOR: Este livro apresenta a biografia de Farabundo Martí, herói de El Salvador, bem como a luta revolucionária do povo deste país centro-americano nas décadas de 20 a 30. Deu-se o nome de Farabundo à Frente de Libertação que dá continuidade, hoje, à luta libertadora do povo de El Salvador.</p> <p>PREÇO: Cr\$ 100,00</p>	 <p>COD. 102</p>
 <p>Enver Hoxha</p> <p>O imperialismo e a revolução</p> <p>COD. 103</p>	<p>O IMPERIALISMO E A REVOLUÇÃO: Com este livro de Enver Hoxha temos em mãos uma poderosa arma de combate. Nele, o autor examina o desenvolvimento da luta de classes no mundo de hoje. Revela os planos dos exploradores, desmascara as teorias oportunistas, delinea a estratégia e a tática revolucionárias dos povos.</p> <p>PREÇO: Cr\$ 400,00</p>	<p>O REVISIONISMO CHINÊ DE MAO TSETUNG: Um livro de João Amazonas que sintetiza o combate dos marxistas-leninistas brasileiros à teoria oportunista dos três mundos e ao chamado pensamento Mao Tsetung - causa e efeito da desastrosa política anti-socialista da China Popular.</p> <p>PREÇO: Cr\$ 600,00</p>	 <p>COD. 104</p>
<p>agora semanal</p>  <p>Tribuna da Luta Operária Semana 4 jagunços</p> <p>COD. 105</p>	<p>TRIBUNA DA LUTA OPERÁRIA: é o jornal da classe operária e dos trabalhadores brasileiros. Semanalmente noticia, analisa e se posiciona sobre os principais acontecimentos econômicos, políticos e sociais do país, principalmente as lutas operárias, camponesas e populares.</p> <p>PREÇO: Cr\$ 40,00 Assinatura anual (52 edições) Comum: Cr\$ 2.000,00 De apoio: Cr\$ 4.000,00</p>	<p>AGENDA DA MULHER 1982: Esta agenda dedica-se a discutir e apresentar temas da atualidade que vêm preocupando as mulheres como a política, o planejamento familiar, as creches, o aborto etc. Apresenta ainda dados biográficos das mulheres que mais se destacaram no Brasil e no Mundo.</p> <p>PREÇO: Cr\$ 300,00</p>	 <p>COD. 106</p>
 <p>Os Comunistas e as Eleições</p> <p>COD. 107</p>	<p>OS COMUNISTAS E AS ELEIÇÕES: Coletânea de artigos de Wladimir Ilich Lênin sobre a participação dos comunistas no Parlamento e o papel das eleições no conjunto das lutas do povo.</p> <p>PREÇO: Cr\$ 200,00</p>	<p>RELATÓRIO AO 8º CONGRESSO DO PARTIDO DO TRABALHO DA ALBÂNIA: Neste informe, o Secretário Geral do PTA aborda o desenvolvimento da economia albanesa, a vida do Partido e suas tarefas. Fala da educação comunista dos trabalhadores, da situação internacional, da luta contra o revisionismo, do movimento revolucionário e de libertação nacional atual.</p> <p>PREÇO: Cr\$ 500,00</p>	 <p>COD. 108</p>

Peço enviar-me exemplar(es) da(s) publicação(ões) abaixo assinalada(s). Para tanto, estou enviando o cheque nº no valor de Cr\$ em nome da Editora Anita Garibaldi Ltda. Travessa Brigadeiro Luiz Antônio, 53 - Bela Vista - São Paulo, SP - CEP: 01318.

COD. 101 COD. 102 COD. 103 COD. 104 COD. 105 COD. 106 COD. 107 COD. 108
COD. 109 COD. 110 COD. 111

NOME:
ENDEREÇO: Bairro:
CIDADE: Estado CEP Fone

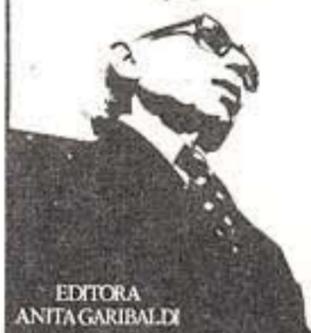
LANÇAMENTOS DA EDITORA ANITA GARIBALDI

Pela Liberdade e pela Democracia Popular

Este livro apresenta diversos artigos de João Amazonas que abordam problemas políticos e ideológicos do movimento revolucionário brasileiro — principalmente sobre a tática — em diversos períodos dos últimos anos.

João Amazonas
Pela Liberdade
e pela
Democracia Popular

COD. 109



PREÇO: Cr\$ 300,00

COD. 110



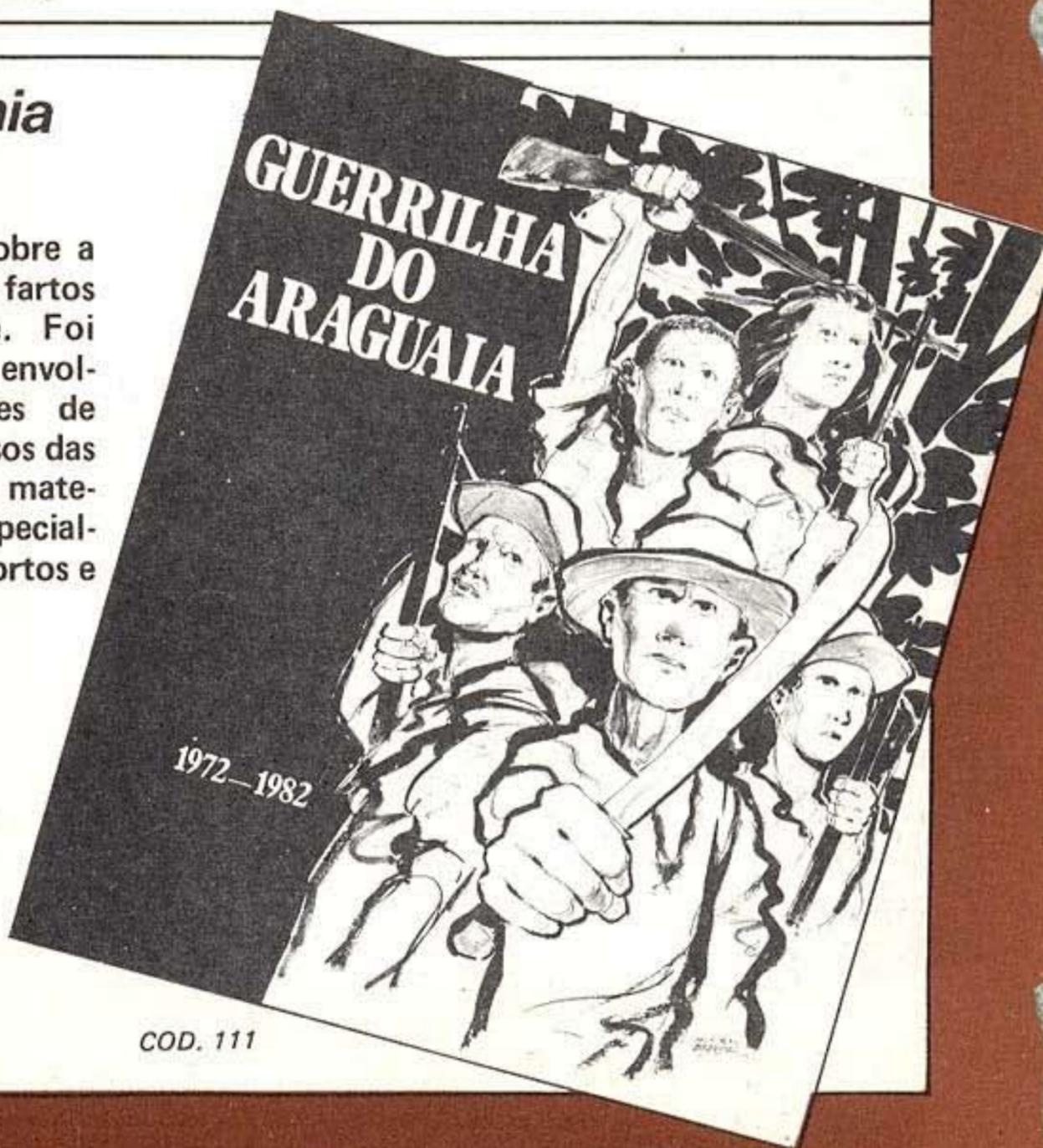
A Educação Revolucionária do Comunista

Esta é uma coletânea de artigos de Diógenes Arruda publicados no jornal A Classe Operária. Eles abordam sobretudo problemas da educação ideológica dos comunistas e a formação e seleção de quadros.

PREÇO: Cr\$ 300,00

Guerrilha do Araguaia 1972 - 1982

Esta revista-livro é a publicação sobre a Guerrilha do Araguaia com os mais fartos dados reunidos num só volume. Foi realizada uma grande pesquisa que envolveu entrevistas com participantes de guerrilha, pessoas da região, estudiosos das lutas populares, jornais da época, materiais publicados no exterior e, especialmente, a ajuda dos familiares dos mortos e desaparecidos do Araguaia.



PREÇO: Cr\$ 800,00

COD. 111